



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
REITORIA  
CONSUP

Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , (95) 3624-1224  
www.ifrr.edu.br

**Resolução 581/2021 - CONSUP/IFRR, de 22 de junho de 2021.**

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal, na modalidade de Ensino a distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/*Campus Boa Vista*.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o constante no Processo nº 23229.000548.2020-32 e a decisão do colegiado tomada na 73ª sessão plenária, realizada em 6 de abril de 2021,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal, na modalidade de Ensino a distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/*Campus Boa Vista*, conforme o anexo desta resolução.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 22 de junho de 2021.

**Nilra Jane Filgueira Bezerra**  
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR - CD1 - IFRR, em 22/06/2021 09:14:05.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 22/06/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 89119

Código de Autenticação: 13fb33895a





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
RORAIMA-IFRR  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO*  
*SENSU* “GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL”  
NA MODALIDADE DE ENSINO A  
DISTÂNCIA**

Boa Vista-RR  
2021

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**Jair Messias Bolsonaro**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**Jair Messias Bolsonaro**

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
**Milton Ribeiro**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
**Wandemberg Venceslau Rosendo Dos Santos**

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA  
**Nilra Jane Filgueira**

PRÓ-REITORA DE ENSINO DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA  
**Aline Cavalcante Ferreira**

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
**Romildo Nicolau Alves**

DIRETORA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - DIPEAD  
**Solange Almeida Santos**

DIRETORA GERAL DO CAMPUS BOA VISTA  
**Joseane de Souza Cortez**

DIRETORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA  
– DIPESP  
**Saula Leite Oliveira**

DIRETORIA DE ENSINO - DIREN  
**Ananias Noronha Filho**

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
**Tomás Armando Del Pozo Hernández**

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO .....	5
2. OBJETIVOS .....	7
2.1 OBJETIVO GERAL .....	7
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	7
3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO .....	7
4. JUSTIFICATIVA .....	11
4.1 PONTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS .....	13
4.2 AVALIAÇÃO DE DEMANDA .....	13
5. INFORMAÇÕES DO CURSO .....	14
5.1 CONCEPÇÃO .....	15
6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO .....	16
6.1 ÁREA DE ATUAÇÃO DO EGRESSO .....	18
6.2 SELEÇÃO DE CANDIDATOS .....	18
6.3 MATRÍCULA .....	18
6.4 SISTEMA DE AVALIAÇÃO .....	18
6.4.1 RECUPERAÇÃO .....	19
6.4.2 EXAME FINAL .....	20
6.4.3 REOFERTA .....	20
6.4.4 APROVEITAMENTO DE COMPONENTE CURRICULAR.....	21
6.5 CERTIFICAÇÃO .....	21
6.6 INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE CURSO .....	22
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....	22
7.1 CURRÍCULO COMO PRÁTICA SOCIAL .....	22
7.2 ABORDAGENS TEÓRICO-PRÁTICAS .....	23
<b>7.2.1 PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS</b> .....	24
<b>7.2.2 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS</b> .....	24
<b>7.2.3 PRINCÍPIOS DINAMIZADORES</b> .....	25
7.3 ESTRUTURA CURRICULAR .....	25
7.4 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO .....	27
7.5 AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO .....	28
7.6 EMENTÁRIO .....	29
7.7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO .....	40
<b>7.7.1 ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO</b> .....	41
<b>7.7.2 PRAZOS DE INTEGRALIZAÇÃO</b> .....	43
8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....	43
8.1 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO .....	45
8.2 ATENDIMENTO AO DISCENTE .....	46
8.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	47
8.4 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS .....	47

8.4.1	MODALIDADE PRESENCIAL .....	50
8.4.2	FERRAMENTAS DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM .....	51
9	LINHAS DE PESQUISA .....	53
9.1	POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA PÚBLICA .....	53
9.2	TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E OPERAÇÕES NO SETOR PÚBLICO .....	53
10	CORPO DOCENTE .....	53
11	INFRAESTRUTURA .....	54
11.1	INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA – GESTÃO ACADÊMICA .....	56
11.2	INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA .....	57
	REFERÊNCIAS .....	61

## APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui o Projeto Pedagógico do Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal, tendo como público alvo Graduados em Gestão Pública, Graduados em Licenciaturas e em efetivo exercício na profissão, em atendimento a Resolução CNE/CEB N° 06/20 12. Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão. Na União, essa tarefa se encontra desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos: estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que se possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a estados, prefeituras e cidadãos de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.

O curso de Pós-Graduação ora proposto visa contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, e por consequência, disponibilizar uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Pós Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

<b>Denominação do curso:</b>	Pós-Graduação <i>lato sensu</i> em Gestão Pública Municipal
<b>Tipo:</b>	Especialização ( <i>lato sensu</i> )
<b>Modalidade:</b>	Educação à Distância

<b>Eixo:</b>	Gestão e Negócios
<b>Área CAPES:</b>	60202009 Administração Pública
<b>Endereço de Oferta:</b>	IFRR – Campus Boa Vista DEAD – Departamento de Educação a Distância Av. Glaycon de Paiva, 2496 - Pricumã Boa Vista - RR CEP: 69.303-340 Fone/Fax: (095) 3621-8021 Email: <a href="mailto:poseadgestao2019@ifrr.edu.br">poseadgestao2019@ifrr.edu.br</a>
<b>Turno:</b>	Integral
<b>Vagas:</b>	235 vagas.
<b>Periodicidade de oferta:</b>	Oferta específica com fomento.
<b>Carga horária total:</b>	510 horas.
<b>Regime letivo:</b>	Semestral/Modular
<b>Público-Alvo:</b>	Administradores, gestores públicos, servidores públicos.
<b>Local do Curso:</b>	Abrange todo o estado de Roraima, conforme o levantamento de demanda e viabilidade orçamentária do IFRR.
<b>Número de Vagas:</b>	30 vagas por turma
<b>Requisitos para a Inscrição</b>	Comprovação da escolaridade exigida para a clientela do curso - Graduados em Gestão Pública, Administração e Licenciaturas em geral e comprovação de escolaridade com Diploma ou Atestado de conclusão do curso superior, reconhecido pelo MEC ou validado no Brasil, conforme Resolução nº 080/2012.
<b>Coordenador(a) de Curso:</b>	Gisele Tajujá Martins
<b>Comissão do Projeto Pedagógico de Curso:</b>	Gisele Tajujá Martins Everaldo Carvalho Limão Júnior Juliano Milton Kruger Yany Duarte Costa
<b>Portaria de composição da comissão:</b>	PORTARIA 53/2020 - DG-CBV/CAMPUS-BV/REITORIA/IFRR, de 10 de fevereiro de 2020.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

O curso tem por objetivo a qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais na Administração Pública Municipal.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) dos sistemas públicos;
- b) Formar especialistas capazes de viabilizar soluções e intervirem na realidade social, política e econômica;
- c) Propiciar uma formação que contribua na melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- d) Promover oportunidade para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

## **3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é uma instituição autárquica integrante do Sistema Federal de Ensino, está vinculada ao Ministério de Educação e supervisionada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), com sede e foro na cidade de Boa Vista e atuação no Estado de Roraima.

O IFRR foi implantado, inicialmente, como Escola Técnica, em 1986, começando suas atividades em 1987 com dois Cursos Técnicos: Eletrotécnica, atendendo 105 alunos; e Edificações com 70 alunos.

Em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer nº 26/89, o Conselho Territorial de Educação – CTE /RR autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima,

aprova o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos dois Cursos Técnicos, tornando válido todos os atos escolares anteriores ao regimento. Até o ano de 1993, esta Instituição funcionava nas instalações da Escola Técnica de Roraima.

Em 30 de junho desse ano, sob a Lei nº 8.670, publicada no Diário Oficial da União nº 123, de 1º de julho/93, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima. Integrante do Sistema Federal de Ensino, entidade de natureza autárquica, possui organização administrativa, didática e patrimonial definidas em estatuto próprio, vinculada ao Ministério da Educação, e é supervisionada pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica/SEMTEC.

A partir de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima, através do Programa de Expansão de Cursos, implanta o Curso Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, totalizando 17 turmas e 406 alunos. Além disso, com o objetivo de incentivar e preparar alunos para o Ensino Técnico, utilizar racionalmente o espaço físico existente e atender às necessidades emergenciais da comunidade foi implantado, através de processo seletivo, o ensino fundamental – de 5ª a 8ª séries – atendendo a 213 alunos distribuídos em 06 turmas, durante cinco anos. Gradativamente, de 1996 a 1999, essa modalidade de ensino foi extinta.

Em 1996, para atender às demandas emergentes de formação de mão de obra no estado e à solicitação da comunidade foram implantados os Cursos Técnicos em Turismo, em Hotelaria e em Secretariado, através de sistema modular.

No ano de 1997, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, expede portarias de reconhecimento a 07 (sete) Cursos Técnicos, conforme descrição:

- Portarias MEC/SEMTEC Nº 145 e 146, de 19 de novembro, publicadas no DOU Nº 227, de 24.11.97: Curso Técnico em Eletrotécnica e Curso Técnico em Edificações.
- Portarias MEC/SEMTEC Nº 150, 151, 152, 153 e 154, de 28 de novembro, publicadas no DOU Nº 232, de 01.12.97: Cursos Técnicos em Agrimensura, em Hotelaria, em Secretariado, em Turismo e Curso Magistério em Educação Física (com redação retificada e publicada no DOU Nº 27 de 09.02.98).

Dando continuidade ao Programa de Expansão de Cursos, e atendendo à Reforma da Educação Profissional, o então CEFET-RR, firmou nos anos de 1997 e 1998, convênios de cooperação técnica com outras instituições, viabilizando assim, a

implantação de novos cursos, a exemplo do Curso Técnico em Enfermagem (Portaria MEC/SEMTEC N°34 de 23/06/98), resultado do convênio entre este estabelecimento de ensino e o Governo do Estado de Roraima, através da Secretaria Estadual de Saúde – SESAU.

Sob esse mesmo aspecto, mas com características próprias, deu-se a assinatura do convênio com o SEBRAE/RR, Imobiliária Santa Cecília e Dori Empreendimentos, oportunizando a instalação do Curso Técnico em Transações Imobiliárias (Portaria MEC/SEMTEC N°02 de 10/02/99, publicada no DOU n° de 30/12/99). Também resultante de convênio CEFET-RR e SINSERR - Sindicato das Secretarias do Estado de Roraima – implantou-se o Curso Técnico em Secretariado.

No triênio 2000/2002, o quadro de ofertas de Cursos Técnicos foi ampliado com a implantação de três novos: Eletrônica, Recreação e Lazer e Informática. Procurando alcançar a sua missão – desenvolver Educação de Qualidade, promovendo o ensino, a pesquisa científica e tecnológica e a extensão, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país – o CEFET-RR colabora na construção de um estado em franca expansão e com necessidade de mão-de-obra especializada. Assim, justifica-se a implantação do Curso Técnico em Segurança no Trabalho, em 2003, resultante da assinatura do convênio com o Governo do Estado de Roraima por meio do Corpo de Bombeiros Militar.

Com a transformação de Escola Técnica Federal em CEFET-RR – Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima, através de Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, à comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da Educação Profissional, oferecendo cursos profissionalizantes em nível básico, médio e superior.

Em 2004, ainda como CEFET-RR, através da resolução N° 002 de 18 de Dezembro de 2004 do Conselho Diretor do CEFETRR, o Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas foi autorizado a funcionar tendo iniciado as suas atividades no 1° semestre de 2005, visando à formação de um profissional apto para atender um mercado cada vez mais competitivo, no qual a Instituição deve ser atuante, contextualizado, inovador e atender as prerrogativas legais definidas pela Resolução CNE/CP No. 03 de 18/12/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para os Cursos Superiores de Tecnologia - Área de Informática, referenciada pelo PARECER CNE/CES N° 436/2001, assim como as diretrizes

curriculares para cursos da Área de Computação e Informática e pelos documentos referentes ao Currículo de Referência da Sociedade Brasileira de Computação.

Em 2008, pela Lei nº 11.892/08 de 29 de dezembro de 2008, o CEFET-RR passa a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR. E assim, em tão curto espaço de existência implanta-se, acima da linha do Equador, uma Instituição de Educação Profissional, que, com somente 15 anos, já conta com uma história de sucesso, sendo um centro de referência educacional dentro e fora do estado de Roraima, procurando atender às necessidades locais no que concerne à qualificação e requalificação profissional.

Na busca do aprimoramento de seus profissionais oriundos, na sua maioria do ex-Território Federal de Roraima, o grupo de gestão do IFRR tem investindo maciçamente na capacitação de recursos humanos, atingindo a totalidade de seus servidores desde as suplências de Ensino Fundamental e Médio, Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado.

São objetivos da instituição: ministrar educação profissional, técnica de nível médio, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos de graduação; realizar pesquisas e desenvolver atividades de extensão, além de oferecer cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização e cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado.

Em 2009, como marco decisivo na interiorização da educação superior no estado de Roraima, o IFRR em função ao atendimento das demandas de formação identificadas no Plano Nacional de Formação de Professores para Educação Básica, aderiu ao Sistema Universidade Aberta do Brasil, via Plano de Ações Articuladas, para oferta inicialmente do Curso de Licenciatura em Língua Espanhola e suas literaturas, na modalidade a distância e de forma presencial os cursos de Segunda Licenciatura, tanto na Língua Espanhola e de Educação Física.

No ano de 2010, inicia a fase de implantação do Campus Amajari, ofertando inicialmente o curso Técnico em Agricultura. Contudo, o Campus Amajari, tem oferta prioritária de ações educacionais relacionadas ao eixo tecnológico de recursos naturais, compreendendo, em especial, as tecnologias pertinentes à produção vegetal e animal. Sendo assim, estenderá o atendimento em outras áreas profissionais como educação, saúde, turismo e informática, sobretudo a partir de atividades de extensão.

No que se refere a Pós-graduação, o IFRR passa a ofertar em 2007 cursos *Lato Sensu* e, em 2014, em associação com a Universidade Estadual de Roraima e Embrapa, cursos *Stricto Sensu*, em nível de Mestrado Acadêmico.

Em 2012, o Campus Boa Vista realizou a primeira oferta de curso de Pós-graduação na modalidade de ensino a distância com o curso de Especialização em Psicopedagogia. No segundo semestre do mesmo ano, foram ofertados mais dois cursos de Especialização em Docência da Educação Profissional e Tecnológica com ênfase no Desenvolvimento Sustentável e PROEJA.

Atualmente, o IFRR está estruturado com uma Reitoria e cinco Campi distribuídos pelo estado nas localidades:

a) Campus Boa Vista – localizado na região central do Estado, em Boa Vista. Tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Boa Vista, Bonfim, Cantá, Normandia, Alto Alegre, Mucajaí e Iracema;

b) Campus Novo Paraíso – localizado na região sul do Estado, tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Caracará, Cantá, São Luiz, São João da Baliza, Caroebe e Rorainópolis;

c) Campus Amajari – localizado na região norte do Estado, tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Amajari, Pacaraima, Uiramutã e Alto Alegre;

d) Campus Zona Oeste de Boa Vista – localizado na zona oeste da cidade de Boa Vista.

e) Campus Avançado Bonfim – localizado na região de fronteira entre a República Cooperativa da Guiana, o Brasil e Bonfim.

#### **4. JUSTIFICATIVA**

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO & COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução. Nesse sentido,

os governos subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma **nova gestão** de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismo* municipal.

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRÚCIO & COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a estados, prefeituras e cidadãos de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional. O curso de especialização ora proposto visa contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, e por consequência, disponibilizar uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Pós Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta “personalidade dinâmica e flexível” – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão –, é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma “visão estratégica dos negócios públicos”, o que pode ser

obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

#### **4.1 PONTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS**

Em um mundo cada vez mais globalizado, cursar uma pós-graduação tornou-se essencial para a melhoria de vida das pessoas, tanto pessoal quanto profissional, pois além de favorecer a compreensão e "leitura de mundo" facilita a inserção do egresso no mercado de trabalho. Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade ordenados pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos, aliada a essa “personalidade dinâmica e flexível” – traço essencial à garantia de um bom desempenho do profissional da gestão, é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma “visão estratégica dos negócios públicos”, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração dessas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

No IFRR contamos com a oferta de cursos na modalidade a distância desde o ano 2010, com ofertas desde cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, Técnicos, Graduação, e Pós-graduação, contando com fomento de agências nacionais como a CAPES, RENAFOR e E-Tec.

#### **4.2 AVALIAÇÃO DE DEMANDA**

O que justifica a realização do curso é a grande demanda de falta de profissionais com maior amplitude de conhecimento das necessidades sociais apresentada no Estado de Roraima bem como, a possibilidade de oportunizar a formação aos profissionais Graduados e em efetivo exercício na profissão e ou aprovados em concursos públicos. A principal proposição do curso é possibilitar o diálogo entre sujeitos, experiências e objetos de análise, sendo a interdisciplinaridade constituinte e constituidora dos cursos traduzida em possibilidades de diálogos entre as diversas áreas, com vistas a uma visão mais holística da construção do conhecimento. O plano diretor ou estatuto da cidade, na forma como é concebido no Brasil, revela-se

como um grande plano estratégico; nesse caso, é preciso que o mesmo tenha um tratamento do tamanho de sua importância, tanto na elaboração quanto na sua implantação. Por um lado, a gestão da receita municipal exige conhecimento mais aprofundado de tributação; Por outro, licitações e contratações, aliadas à administração de projetos compõem o lado dos gastos. Vale lembrar que a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) alterou a forma de gestão pública no Brasil, conforme sugere Banco Mundial (2006).

No âmbito do município, a formação do gestor precisa ser mais específica. Em um profundo estudo sobre os municípios brasileiros, o Banco Mundial, em parceria com o IPEA, indica cinco grandes prioridades: a) aumentar a competitividade da cidade; b) desenhar um sistema subnacional de crédito sustentável baseado no mercado; c) melhorar a provisão de serviços usando a participação do setor privado; d) melhorar as eficiências nos mercados urbano e fundiário; e) insistir numa melhor colaboração entre governos locais (BANCO MUNDIAL, 2006).

A principal proposição do curso é possibilitar o diálogo entre sujeitos, experiências e objetos de análise do profissional gestor público, sendo a interdisciplinaridade constituinte e constituidora dos cursos traduzida em possibilidades de diálogos entre as diversas áreas da gestão pública, com vistas a construção do conhecimento.

## 5. INFORMAÇÕES DO CURSO

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, Estados-membros e Municípios.

Diante desse cenário, Estados e Municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional. O curso de especialização ora proposto visa contribuir para o

desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, e por consequência, disponibilizar uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

## 5.1 CONCEPÇÃO

Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da “coisa pública” de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

Assim, considerando o histórico, missão, visão e valores do IFRR, em consonância com a Lei nº 11.892/08, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em seu art. 6º que têm por finalidades e características, ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

(I). No art. 7º o IFRR possui como um de seus objetivos, ministrar educação profissional, prioritariamente na forma de cursos de pós graduação, para os profissionais e graduados.

Trata-se de uma iniciativa do Ministério da Educação para criar as bases para uma universidade aberta e a distância no País, que articule instituições públicas de ensino, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios e que atue preferencialmente, na

área de formação inicial e continuada de professores da educação básica e de gestores públicos.

O Ministério da Educação – objetivando a concessão e o fomento dos cursos da UAB e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público e da formação de gestores públicos, por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEED) – estimula a oferta do curso de Gestão Pública Municipal na modalidade a distância, operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, de acordo com os instrumentos legais emanados da UAB. O PNAP tem por objetivo formar profissionais com amplo conhecimento em administração pública, capazes de atuar nos âmbitos federal, estadual e municipal, administrando com competência e ética as organizações governamentais e não governamentais.

Nesse sentido, os cursos do PNAP visam à criação de um perfil nacional de gestores públicos que contemple uma visão global das ações administrativas e políticas governamentais a fim de exercitar a gestão na esfera regional e nacional de forma a contribuir para o processo de desenvolvimento e modernização do país. O PNAP é composto pelo curso de Bacharelado em Administração Pública e pelos cursos de Especialização *lato sensu* em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde.

Essa ação visou à otimização do uso dos recursos públicos e ao compartilhamento de experiências e práticas educativas em EaD e no próprio ensino de Administração; e assim, foi construído um projeto básico comum, a ser implementado pelas universidades integrantes da UAB. Essa forma de construção permite um melhor aproveitamento das competências reconhecidas nas diferentes áreas específicas, contribuindo para a legitimidade da proposta.

## **6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO**

O perfil profissiográfico esperado é um profissional capaz de dominar conceitos voltados ao comando, planejamento, organização, direção, controle organizacional, administração e gestão, com visão sistêmica, contextualizada, com condições de desenvolver trabalhos proativos de ou na gestão pública nos mais variados níveis. Após a conclusão do curso de Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal, o profissional terá conhecimentos para exercer suas funções nas três esferas governamentais, sendo capaz de transformar sua forma de trabalho e a realidade em que atua, a partir dos conceitos abordados no curso.

Assim, o egresso estará apto a:

a) Promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral.

b) Atuar nos processos de formação e desenvolvimento do Estado, de modo não apenas de cuidar da “coisa pública” de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado. De acordo com Política de Egressos do IFRR, formalizada por meio da Resolução n.º 246 do Consup (Conselho Superior), de 4 de janeiro de 2016, o acompanhamento dos Egressos será realizada através do Portal de Egressos, disponível no endereço eletrônico: <http://www.ifrr.edu.br/egressos>, o qual tem como objetivo de divulgar e apoiar a Política de Acompanhamento de Egressos do IFRR, em busca de fomentar, orientar e disciplinar o processo de aproximação entre os *campi* e seus egressos, por meio do planejamento e da execução de ações de extensão de forma articulada com o ensino e a pesquisa, podendo ser de cunho educativo, técnico, científico, tecnológico ou artístico-cultural.

c) Compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado) e terceiro setores nas áreas: gestão, estratégia, operações, finanças públicas, recursos humanos e outras;

d) Demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções para situações organizacionais/empresariais complexas;

e) Desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial de sucesso;

f) Estar apto para fazer a integração das áreas funcionais do negócio para permitir tomadas de decisões acertadas para a organização como um todo.

Os Cursos permitirão o crescimento profissional e acadêmico do estudante por meio de:

a) Orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo;

b) Desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais;

c) Fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e a distância (chats), estudo de cases, trabalhos escritos e apresentação presencial de seminários;

- d) Aumento da capacidade de liderança na organização através da participação em trabalhos em equipe;
- e) Ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a performance organizacional;
- f) Ênfase na natureza global do atual ambiente dos negócios e seu impacto sobre a tomada de decisão;
- g) Melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de processos de simulação de situações estratégico-operacionais;
- h) Integração dos aspectos teóricos e práticos do negócio, através da elaboração de projetos e análise de cases.

## **6.1 ÁREA DE ATUAÇÃO DO EGRESSO**

Aliada a esta “personalidade dinâmica e flexível” – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão –, é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma “visão estratégica dos negócios públicos”, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

## **6.2 SELEÇÃO DE CANDIDATOS**

A seleção dos candidatos será realizada pelo IFRR, de acordo com os critérios específicos estabelecidos neste Projeto e constantes no Edital elaborado e publicado pelo IFRR.

## **6.3 MATRÍCULA**

A matrícula dos estudantes será efetuada no Setor de Registros Acadêmicos, conforme estabelecido em Edital.

## **6.4 SISTEMA DE AVALIAÇÃO**

Nos Cursos a distância, a **avaliação do desempenho** acadêmico será realizada por componente curricular e seguirá os requisitos abaixo:

I. O aluno deverá ter frequência mínima de 75% em cada componente curricular nos encontros presenciais e participar de, no mínimo, 60% das atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

II. O aluno terá de cursar todos os componentes curriculares que compõem o curso, com aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete), numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

III. A avaliação será realizada conforme critérios definidos pelo professor e de acordo com as características do componente curricular, respeitando o estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso.

O professor deverá informar ao aluno, até o final do período letivo, a nota de avaliação do aproveitamento no componente curricular, bem como lançar as informações no Sistema Acadêmico e entregar o diário do componente curricular e a ata de notas no setor de Pós-graduação, no prazo determinado pelo calendário acadêmico.

O aluno reprovado em um componente curricular ou no TCC não receberá a documentação comprobatória referente ao título de especialista.

A avaliação do processo de ensino/aprendizagem compreenderá a avaliação do desempenho e a verificação da assiduidade do estudante nas atividades presenciais e a distância.

A avaliação dos estudantes nos cursos da EaD deverá considerar a verificação de conteúdos, habilidades e competências e compor-se-á de método somatório:

I. Das atividades/avaliações presenciais (AP), que deverão ter peso de 60%;

II. De atividades/avaliações a distância (AD), que deverão ter peso de 40% da nota final em cada componente curricular.

#### **6.4.1 RECUPERAÇÃO**

Nos cursos em EaD, deve-se garantir oportunidades de recuperação paralela para os estudantes que não atingirem a média básica para aprovação. Ficará a critério do professor indicar ao estudante atividades pelo AVA, para complementar as notas de avaliações paralelas.

As orientações de recuperação e seu desenvolvimento serão organizadas pela Coordenação de Curso com o apoio do Setor Pedagógico, juntamente com o professor de cada componente curricular.

#### 6.4.2 EXAME FINAL

Os estudantes que obtiverem média no componente curricular igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), cuja frequência for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de carga horária do componente curricular, **terão direito ao Exame Final.**

O estudante estará **aprovado** se, após o Exame Final, obtiver Média Final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), obtida pela média aritmética entre a Média Anual/Modular e a Nota do Exame Final, dada pela seguinte fórmula:

$$MF = \frac{MM + EF}{2}$$

2

Onde:

MF= Média Final;

MM= Média Modular;

EF= Exame Final;

O estudante estará **reprovado** se a Média Final (MF) for inferior a 5,0 (cinco).

As avaliações Exame Final (EF) poderão ser realizadas por meio de trabalhos em grupos e/ou individuais, pesquisas, experimentos, desenvolvimento de projetos, provas no AVA entre outros instrumentos avaliativos.

#### 6.4.3 REOFERTA

A possibilidade de Reoferta do componente curricular está prevista na organização didática, contudo fica condicionada a quantidade de estudante em pendência, recursos administrativos, humanos e de fomento da instituição.

No caso de reprovação, o estudante terá direito a participar de outras reofertas do componente em período a ser definido pelas unidades responsáveis pela oferta dos componentes/atividades curriculares.

#### **6.4.4 APROVEITAMENTO DE COMPONENTE CURRICULAR**

O estudante dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* poderá solicitar aproveitamento de componentes curriculares cursados em programas e cursos de Pós-graduação de outras instituições ou do próprio IFRR.

A solicitação de aproveitamento de componentes curriculares deverá ser realizada no início do Curso ou antes de o componente curricular ser ministrado, no Setor de Registros Acadêmicos do *Campus* ofertante, mediante apresentação de documento oficial, constando ementa e carga horária do componente curricular cursado.

O aproveitamento de componentes curriculares deverá totalizar, no máximo, 20% da carga horária total do curso.

O aproveitamento de estudo será deferido ou indeferido, após análise feita pela coordenação do curso e preferencialmente em conjunto com um docente com formação na área ou área afim do componente, onde serão observados os seguintes quesitos:

- a. O aproveitamento de estudos deverá ter sido realizado com êxito e no mesmo nível de ensino ou superior ao nível solicitado.
- b. O componente solicitado deverá ter sido cursado pelo estudante em um prazo máximo de 5 (cinco) anos observando-se a compatibilidade de competências e habilidades, conteúdos, cargas horárias e que este esteja sendo ofertado no período letivo.

A especificação do processo, outros critérios de avaliação deverão ser observados o que consta na Organização Didática vigente.

#### **6.5 CERTIFICAÇÃO**

Obterá o título de Especialista em Gestão Pública Municipal, o estudante que cumprir com a totalidade das seguintes condições: a) Obter aprovação em todos os componentes curriculares do curso com aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete), numa escala de 0 a 10; b) Ter frequência mínima de 75% da carga horária total do curso; c) Apresentar e obter aprovação, por banca examinadora, do TCC; e d) Entregar à Coordenação do Curso, após defesa perante banca examinadora, a versão final com uma cópia digital do TCC.

O certificado será expedido pelo setor de Registros Acadêmicos da unidade ofertante.

## 6.6 INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE CURSO

Os indicadores utilizados para avaliação do curso estão descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR (PDI 2014-2018), na Dimensão Ensino:

INDICADORES	FORMA DE CÁLCULO	DESCRIÇÃO
Relação Candidato/Vaga	(nº de inscritos/vagas para ingressos)	Dimensiona o nível de atratividade dos cursos ofertados pela instituição
Relação ingresso/estudante	Total de ingressantes/total de matriculados	Analisa a capacidade de oferta de vagas da instituição
Relação concluintes por matrícula atendida	Concluintes/matrículas atendidas)*100	Analisa a taxa de concluintes sobre o número total de matrículas
Índice de Eficiência Acadêmica de concluintes	Concluintes/finalizados)*100	Verifica se a instituição obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes e o número de ingressantes
Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Retidos/matrículas atendidas)*100	Avalia a taxa de retenção do fluxo escolar (reprovações e trancamentos)
Índice de evasão de fluxo escolar	Evadidos/matrículas atendidas)*100	Avalia a evasão do fluxo escolar

Fonte:PDI/IFRR – 2014/2018

## 7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

### 7.1 CURRÍCULO COMO PRÁTICA SOCIAL

A estrutura curricular do Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal é concebida, inspirado em Costa (1996), num jogo de correlação de forças que determina critérios de validade e legitimidade pelos quais são produzidas representações, sentidos e instituídas realidades; é um lugar de circulação das narrativas, mas, sobretudo, é um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da socialização dirigida, controlada.

Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam

visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 1996).

Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre os sujeitos da relação pedagógica, num contexto sócio-econômico-cultural específico, o currículo deste Programa é construído na perspectiva de uma formação científica de qualidade e uma formação humanista que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante. Portanto, abrange também conteúdos técnicos para permitir a compreensão e a solução de problemas organizacionais complexos.

## **7.2 ABORDAGENS TEÓRICO-PRÁTICAS**

Para tanto, esta proposta para os Cursos de Especialização, na modalidade a distância, traz como base para sua sustentação as seguintes diretrizes:

- a) Nortear a concepção, criação e produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma a contemplar e integrar os tipos de saberes hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, práticas e fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- b) Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, curiosidade e criatividade;
- c) Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos públicos-alvos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- d) Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários; e
- e) Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los, para estimular e orientar a autoavaliação.

Há três categorias de princípios que nortearão a estrutura curricular do Programa: epistemológicos, metodológicos e dinamizadores.

### 7.2.1 PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS

Esses princípios, que devem sustentar a formação e o perfil do profissional de administração, são expressos através de duas dimensões:

a) **Dimensão epistemológica:** que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas às ciências que integram o currículo do curso; e

b) **Dimensão profissionalizante:** que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador em todas suas relações sócio-político, cultural e nas perspectivas da moral e da ética.

Tendo em vista essas duas dimensões, a estrutura curricular do Programa de Administração Pública sustenta-se em dois módulos de estudos, a saber: Módulo Básico, que se refere aos fundamentos da administração e da administração pública, e Módulo Específico, contemplando a esfera pública municipal.

### 7.2.2 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

Tendo presente que a Estrutura Curricular deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum, três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:

a) **Historicidade:** é vista como característica das ciências. Através desse conceito, espera-se que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural e, por isso mesmo, está sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num *continuum* em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;

b) **Construção:** é outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante reforce sua compreensão de que, se os

conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também que produz conhecimentos; e

c) **Diversidade:** é importante que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação administrativa.

### 7.2.3 PRINCÍPIOS DINAMIZADORES

Os princípios dinamizadores do currículo do curso são decorrentes não só das abordagens epistemológica e metodológica do curso, mas também do fato de que os estudantes terão uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados.

A adoção desse princípio implica uma dinâmica curricular que torne o vivido pensado e o pensado vivido, com a incorporação, no processo de formação acadêmica, da experiência profissional ou das práticas vividas pelos estudantes, a dialeticidade entre o desenvolvimento teórico das disciplinas e sua construção pela prática. Sendo assim, a reflexão teórica e a prática estarão presentes de forma dialetizada na experiência da formação profissional.

Essa direção metodológica implica inter-relações epistemológicas, em que a construção integradora do conhecimento põe-se como princípio também fundamental no desenvolvimento do curso, buscando-se o reconhecimento da autonomia relativa de cada área de conhecimento e a necessária dialogicidade na busca do conhecimento da realidade educacional.

Como o Programa será desenvolvido na modalidade a distância, outros princípios se colocam como fundamentais na construção curricular: interação, autonomia, trabalho cooperativo, inter e transdisciplinaridade, investigação, relação teoria e prática, flexibilidade e dialogicidade.

## 7.3 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do curso de Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal é composta de um conjunto de componentes curriculares que totalizam 510 horas-aulas, sendo semi-presencial. O curso está estruturado em dois módulos, sendo um básico e outro específico. O módulo básico corresponde à oferta de disciplinas comuns

nos cursos do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) que englobam as três pós-graduações *lato sensu*, a saber: Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde.

O tempo total para integralização deste curso não pode exceder a 24 meses, sendo que o tempo de duração mínima será de 18 meses incluindo cumprimento de créditos e elaboração do trabalho de conclusão de curso. Para desenvolvimento dos conteúdos serão organizados, entre outros, os seguintes recursos didáticos:

- Textos impressos de apoio ao estudo, por disciplina;
- Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para comunicação e interação entre os sujeitos e para disponibilização de textos complementares;
- Encontros presenciais nos polos de ensino; e
- Sistema de acompanhamento (tutoria).

No polo de ensino, o estudante contará com infraestrutura técnica e pedagógica, laboratório de computação e biblioteca, para as atividades presenciais e como base de apoio para os estudos durante o curso.

No desenvolvimento do curso, serão realizados encontros presenciais destinados a discussões temáticas com os professores das disciplinas (unidades curriculares), a orientações a oficinas, a avaliações de aprendizagem e à apresentação do trabalho final (quando este for o caso).

Apesar dos componentes curriculares estarem divididos em dois módulos, a oferta será organizada em três semestres identificados por (1), (2) ou (3).

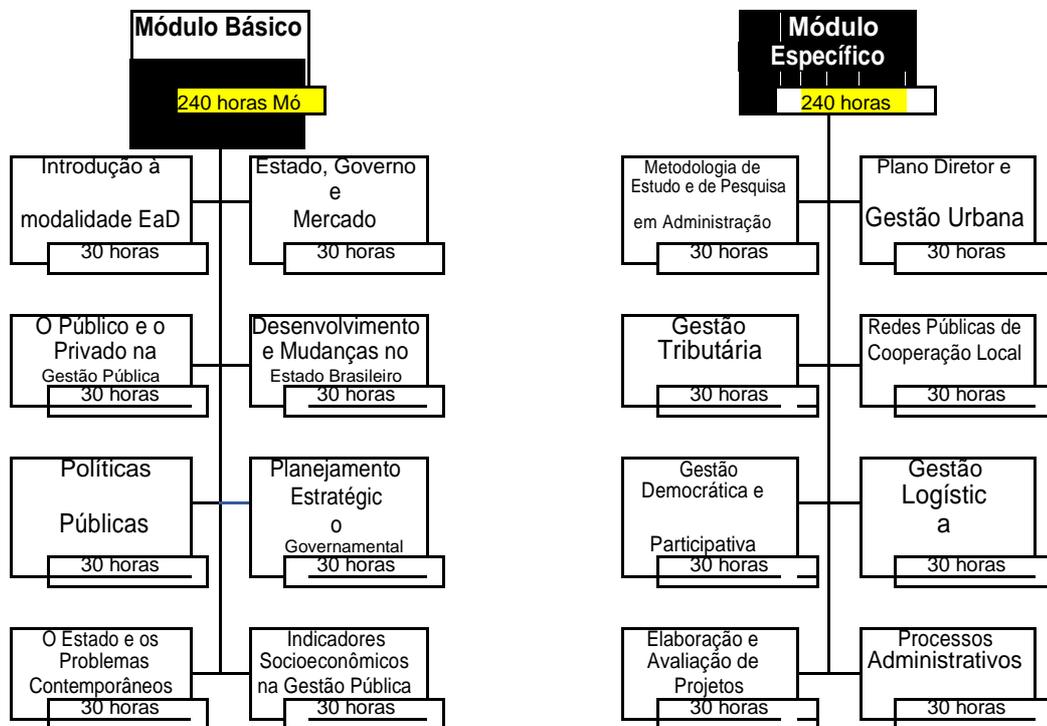
<b>Módulo Básico</b>		
<b>Ord.</b>	<b>Componentes Curriculares</b>	<b>C. H. (Semestre)</b>
1	Introdução a Modalidade EaD	30 (1)
2	Estado, Governo e Mercado	30 (1)
3	O Público e o Privado na Gestão Pública	30 (1)
4	Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	30 (1)
5	Políticas Públicas	30 (1)
6	Planejamento Estratégico Governamental	30 (2)
7	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30 (2)
8	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30 (2)
<b>-</b>	<b>TOTAL DE HORAS DO MÓDULO</b>	<b>240</b>

### Módulo Específico

Ord.	Componentes Curriculares	C. H. (Semestre)
1	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	30 (2)
2	Plano Diretor e Gestão Urbana	30 (2)
3	Gestão Tributária	30 (2)
4	Redes Públicas de Cooperação Local	30 (3)
5	Gestão Democrática e Participativa	30 (3)
6	Gestão Logística	30 (3)
7	Elaboração e Avaliação de Projetos	30 (3)
8	Processos Administrativos	30 (3)
-	<b>TOTAL DE HORAS DO MÓDULO</b>	<b>240</b>
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	30 (3)
-	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>510</b>

### 7.4 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO

A representação gráfica do processo formativo do curso está demonstrada na figura 1.



Trabalho de Conclusão de Curso  
30 horas

**Figura 1 - Representação Gráfica do Processo Formativo**

## 7.5 AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO

A proposta pedagógica deste curso será **reavaliada periodicamente** ou por solicitação sistêmica do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) conforme novas ofertas com fomento forem disponibilizadas. Para a revisão e adequação do plano será constituída comissão específica para este fim em ato normativo (portaria) da Direção Geral do *Campus* Boa Vista.

Na revisão e adequação devem ser observados prioritariamente os seguintes aspectos:

- a) Compatibilidade da proposta formativa com as especificidades do mundo do trabalho;
- b) Aderência da proposta pedagógica à prática profissional na gestão pública municipal;
- c) Capacidade dos espaços disponíveis para a oferta aos objetivos geral e específicos do curso;
- d) Compatibilidade da carga horária com propostas similares de oferta em outras instituições;
- e) Possibilidade real de melhor inserção e reconhecimento profissional do alunado com a proposta;
- f) Atualidade dos conteúdos e bibliografias direcionadoras dos componentes curriculares;
- g) Adequação dos instrumentos avaliativos aos objetivos geral e específicos do curso;
- h) Ajuste sistêmico do Programa Nacional de Formação em Administração Pública.

## 7.6 EMENTÁRIO

### MÓDULO BÁSICO

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b>	Carga Horária Total: <b>30h</b>
<b>INTRODUÇÃO A MODALIDADE EAD</b>	40% EAD - 12h 60% PRESENCIAL- 18h
<b>Objetivo:</b> Introduzir conhecimentos sobre Educação à Distância e Ambientes Virtuais de Aprendizagem para a execução do curso.	
<b>Ementa:</b> Fundamentos da EaD. Organização de Sistemas de EaD: processo de comunicação, processo de tutoria, avaliação, processo de gestão e produção de material didático. Relação dos Sujeitos da Prática Pedagógica no Contexto da EaD. Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Apropriação do Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem.	
<b>Referências Básicas:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. DALMAU, Marcos Baptista Lopez. <b>Introdução à educação a distância</b>. – 3. ed. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014.</li><li>2. FORMIGA, Marcos; LITTO, Frederic M. <b>Educação a Distância: o estado da arte</b>. São Paulo: Pearson Education, 2009.</li><li>3. MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. <b>Educação a Distância: uma visão integrada</b>. São Paulo: Cengage Learning, 2008.</li></ol>	
<b>Referências Complementares:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. BELLONI, Maria Luiza. <b>Educação a Distância</b>. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.</li><li>2. KEEGAN, Desmond J. <b>Foundations of Distance Education</b>. Routledge Studies in Distance Education series. 3. ed. London: Routledge, 1996.</li><li>3. WILLIS, Barry. <b>Distance Education: strategies and tools</b>. Englewood Cliffs, NJ: Educational Technology Publications, 1994.</li><li>4. CATAPAN, Araci Hack <i>et al.</i> <b>Introdução à Educação a Distância</b>. Florianópolis: UFSC/EAD/CED/CFM, 2005.</li><li>5. MOTA, Ronaldo; CHAVES, Hélio. Perspectivas para a Educação a Distância no Brasil. <i>In: ABRAEAD – Anuário Brasileiro Estatístico de Educação a Distância</i>. São Paulo: Monitor Editorial, 2006.</li></ol>	

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b>	Carga Horária Total: <b>30h</b>
<b>ESTADO, GOVERNO E MERCADO</b>	40% EAD - 12h 60% PRESENCIAL- 18h

**Objetivo:**

Identificar as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas.

**Ementa:**

Conceitos Básicos. A Dinâmica Pendular das Relações entre Estado e Mercado. Duas Matrizes Teóricas para a Interpretação das Relações entre Estado e Mercado: a liberal e a marxista. As Mudanças nas Sociedades Capitalistas no final do Século XIX e seus Impactos sobre as Matrizes Marxista e Liberal. O Estado Liberal. O Estado Socialista. O Estado de Bem-Estar Social. O Estado Neoliberal.

**Referências Básicas:**

1. COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, governo e mercado**. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.
2. LEITE JÚNIOR, Alcides. **Brasil: a trajetória de um país forte**. São Paulo: Trevisan, 2009.
3. WEFFORT, Francisco (Org.). **Os Clássicos da Política**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

**Referências Complementares:**

1. POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
2. PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.
3. PRZEWORSKI, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Trad. Argelina Cheibub Figueiredo e Pedro Paulo Zahluth Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
4. ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.
5. BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b>	Carga Horária Total: <b>30h</b>
<b>O PÚBLICO E O PRIVADO NA GESTÃO PÚBLICA</b>	40% EAD - 12h 60% PRESENCIAL- 18h

**Objetivo:**

Apresentar e discutir a dicotomia entre o público e o privado.

**Ementa:**

A Dicotomia Público/Privado. As Prerrogativas do Poder Público sobre os Agentes Privados. O Estado e o Servidor Público. Os Cinco Princípios Orientadores da Administração Pública. O Público e o Privado e a Emergência do Terceiro Setor.

**Referências Básicas:**

1. COELHO, Ricardo Corrêa. **O público e o privado na gestão pública**. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC;

[Brasília] : CAPES : UAB, 2014.

- BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. (Org.). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

**Referências Complementares:**

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 14<sup>a</sup> ed., São Paulo: Atlas, 2002.
- ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito Administrativo: licitação, contratos administrativos e outros temas**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MINTZBERG, Henry. **Administrando governos, governando administrações**. Trad. Carlos Antonio Morales. In: Revista do Setor Público, ano 49, n. 4, out-dez, 1998.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Trad. Lourdes Santos Machado. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3. ed. Brasília: UnB, 1994. v. 1.

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b>	Carga Horária Total: <b>30h</b>
<b>DESENVOLVIMENTO E MUDANÇAS NO ESTADO BRASILEIRO</b>	40% EAD - 12h 60% PRESENCIAL- 18h

**Objetivo:**

Compreender as transformações ocorridas no decurso histórico compreendido entre a República Velha e os dias atuais na história do Brasil.

**Ementa:**

O Setor Público e a República Velha (1889-1930). A Era Vargas. O Estado Desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. O Regime Militar e as Reformas de Estado. A Eleição de Tancredo Neves e o Governo Sarney. Os Governos Collor e Itamar Franco. O Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso. O Segundo Governo Fernando Henrique Cardoso. O Primeiro Governo Lula. O Segundo Governo Lula. O Primeiro Governo Dilma. O Segundo Governo Dilma e o *Impeachment*. O governo Temer. O governo Bolsonaro.

**Referências Básicas:**

- LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro**. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.
- GIAMBIAGI, Fábio *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

**Referências Complementares:**

- FERLIE, Ewan *et al.* **A nova administração pública em ação**. Trad. Sara Rejane de Freitas Oliveira. Brasília: UnB/Enap, 1999.
- SKIDMORE, Thomas Elliot. **Uma História do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de Souza. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- DELFINO NETTO, Antônio. O Plano Real e a Armadilha do Crescimento Econômico. In: ALOÍZIO, Mercadante (Org.). **O Brasil pós-Real, a política econômica em debate**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998.
- VELOSO, Fernando Augusto Adeodato; VILLELA, André Arruda; GIAMBIAGI,

Fábio. **Determinantes do Milagre Econômico Brasileiro (1968-1973): uma análise empírica.** IPEA – Texto para Discussão n. 1273. Rio de Janeiro: [s.n.], 2007.

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b>	Carga Horária Total: <b>30h</b>
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	40% EAD - 12h 60% PRESENCIAL- 18h
<b>Objetivo:</b>	
Discutir o processo de análise, decisão, implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas.	
<b>Ementa:</b>	
Políticas Públicas: conceitos básicos. Análise de Políticas Públicas. Formação da Agenda de Políticas Públicas. As Arenas Políticas e o Comportamento dos Atores. Modelos de Análise do Processo de Decisão Política. Implementação de Políticas Públicas. Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas. Regularidades das Políticas Públicas no Brasil.	
<b>Referências Básicas:</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. RUA, Maria das Graças. <b>Políticas públicas.</b> – 3. ed. rev. atua. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.</li> <li>2. SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas Públicas. Brasília: ENAP, 2006.</li> <li>3. DYE, Thomas R. <b>Understanding public policy.</b> 4. ed. New Jersey: Prentice Hall, 1981.</li> </ol>	
<b>Referências Complementares:</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. DYE, Thomas R. Models of politics: some help in thinking about public policy. In: <b>Understanding public policy.</b> New Jersey: Prentice Hall, 1972.</li> <li>2. EASTON, David. <b>Esquema para el análisis política.</b> Buenos Aires: Amarroutu, 1969.</li> <li>3. GRINDLE, Merille S.; THOMAS, John W. <b>Public choices and policy change: the political economy of reform in developing countries.</b> Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1991.</li> <li>4. LINDBLOM, Charles Edward. <b>O processo de decisão política.</b> Brasília: UnB, 1981.</li> <li>5. SABATIER, Paul. <b>Implementation and Public Policy.</b> Lanham, Ma: University Press of America, 1989.</li> </ol>	

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b>	Carga Horária Total: <b>30h</b>
<b>PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GOVERNAMENTAL</b>	40% EAD - 12h 60% PRESENCIAL- 18h
<b>Objetivo:</b>	
Identificar a importância e componentes do sistema de planejamento estratégico do setor público.	
<b>Ementa:</b>	
Um Breve Histórico do Planejamento. O Contexto Sociopolítico em que se Deve Inserir o Planejamento Estratégico Governamental. A Construção do “Estado Necessário” e o Planejamento Estratégico Governamental. O Contexto Disciplinar da Administração Pública. A Ciência Política e a Supervalorização do Político. A Administração Pública e a Subvalorização do Conflito. A Concepção Ingênua do Estado Neutro. Os Enfoques da Análise de Política e o Planejamento Estratégico Situacional como Fundamentos do	

Planejamento Estratégico Governamental. O Enfoque da Análise de Política. O enfoque do Planejamento Estratégico Situacional. Agir Estratégico. Os Momentos da Gestão Estratégica. A Análise de Governabilidade – o Triângulo de Governo. A Situação-Problema como Objeto do Planejamento Estratégico Governamental. O Fluxograma Explicativo da Situação. Uma Visão Preliminar do Resultado. Planejar por Situações-Problema. Operações. Matriz Operacional. Gestão do Plano. Focos de Debilidade de um Plano. Componentes de um Sistema de Planejamento Estratégico Governamental.

**Referências Básicas:**

1. DAGNINO, Renato Peixoto. **Planejamento estratégico governamental**. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.
2. MATUS, Carlos. **O método PES**. São Paulo: Fundap, 1995.
3. FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1995.

**Referências Complementares:**

1. MINTZEMBERG, Henry. **Safári de estratégia**. São Paulo: Bookman, 1999.
2. OLIVEIRA, Djalma de P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas**. São Paulo: Atlas, 1988.
3. LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. **Administração: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003.
4. MATUS, Carlos. **Estratégias Políticas**. São Paulo: FUNDAP, 1996.
5. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução a administração**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b>	Carga Horária Total: <b>30h</b>
<b>O ESTADO E OS PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS</b>	40% EAD - 12h 60% PRESENCIAL- 18h
<b>Objetivo:</b>	
Discutir os principais problemas contemporâneos enfrentados pelo Estado brasileiro e as políticas públicas envolvidas.	
<b>Ementa:</b>	
Pobreza, Desigualdade, Exclusão e Cidadania: correlações, interseções e oposições. A Proteção Social Promovida pelo Estado: histórico e mais alguns conceitos relevantes. Bases Econômicas do Estado de Bem-Estar Social: keynesianismo e fordismo. Educação. Saúde. Assistência Social e Segurança Alimentar. Políticas Públicas de Trabalho e Geração de Renda.	
<b>Referências Básicas:</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. SANTOS, Maria Paula Gomes dos. <b>O Estado e os problemas contemporâneos</b>. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.</li> <li>2. KLIKSBERG, Bernardo. <b>Falácias e mitos do desenvolvimento social</b>. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.</li> <li>3. ITUASSU, Arthur; ALMEIDA, Rodrigo (Org.). <b>O Brasil tem jeito? Educação, saúde, justiça e segurança</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.</li> </ol>	
<b>Referências Complementares:</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Federalismo e Políticas Sociais. <b>Revista Brasileira de Ciências Sociais</b>, v. 28, n. 10. São Paulo: ANPOCS, 1995.</li> <li>2. BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. <b>Política Social: fundamentos e história</b>. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.</li> </ol>	

3. HENRIQUES, Ricardo. <b>Desigualdade e Pobreza no Brasil</b> . Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
4. JACCOUD, Luciana (Org.). <b>Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo</b> . Brasília: IPEA, 2005.
5. KELSEN, Hans. <b>General theory of law and justice</b> . Cambridge: Harvard University, 1946.

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b>	Carga Horária Total: <b>30h</b>
<b>INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NA GESTÃO PÚBLICA</b>	40% EAD - 12h 60% PRESENCIAL- 18h
<b>Objetivo:</b>	
Analisar os indicadores socioeconômicos brasileiros com vistas ao entendimento do processo de avaliação e formulação de políticas públicas sociais e econômicas.	
<b>Ementa:</b>	
Uma Breve Caracterização Histórica. Indicadores Sociais: do conceito às medidas. Indicadores e os Diagnósticos Socioeconômicos. Principais Produtores de Dados e Indicadores no Brasil. Principais pesquisas amostrais e institucionais do IBGE. Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas. Dados e Indicadores Econômicos. Principais Boletins de Conjuntura. Principais Pesquisas Econômicas do IBGE.	
<b>Referências Básicas:</b>	
1. JANNUZZI, Paulo de Martino. <b>Indicadores socioeconômicos na gestão pública</b> . – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.	
2. FEIJÓ, C. <i>et al.</i> Para entender a conjuntura econômica. Barueri: Manole, 2008.	
3. JANNUZZI, Paulo M. <b>Indicadores Sociais: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas</b> . Campinas: Alínea, 2001.	
1. BAUMOHL, B. <b>The secrets of economic indicators</b> . New Jersey: Pearson, 2008.	
2. CARLEY, Michael. <b>Indicadores Sociais: teoria e prática</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 1985.	
3. CARDOSO, Regina Luna Santos. <b>Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público</b> . São Paulo: CEPAM, 1999.	
4. IBGE. <b>Indicadores Sociais Municipais</b> . Rio de Janeiro, 2002.	
5. IBGE. <b>Síntese de Indicadores Sociais</b> . Rio de Janeiro, 2007.	

### MÓDULO ESPECÍFICO

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b>	Carga Horária Total: <b>30h</b>
<b>METODOLOGIA DE ESTUDO E DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO</b>	40% EAD - 12h 60% PRESENCIAL- 18h
<b>Objetivo:</b>	
Trabalhar o ferramental científico para a organização e divulgação de trabalhos científicos.	
<b>Ementa:</b>	
Métodos de estudo: orientação para a leitura, análise e interpretação de textos. Ciência, metodologia e pesquisa em administração. Tipos de pesquisa. O processo de pesquisa. Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.	
<b>Referências Básicas:</b>	

<ol style="list-style-type: none"> <li>1. ZANELLA, Liane Carly Hermes. <b>Metodologia de estudo e de pesquisa em administração.</b> – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.</li> <li>2. RICHARDSON et al. <b>Pesquisa social: métodos e técnicas.</b> 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.</li> <li>3. GIL, Antonio Carlos. <b>Métodos e técnicas de pesquisa social.</b> 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</li> </ol>
<b>Referências Complementares:</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. <b>Métodos de pesquisa em administração.</b> – 10. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Bookman, 2011.</li> <li>2. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). <b>Pesquisa social: teoria, método e criatividade.</b> Petrópolis: Vozes, 2002.</li> <li>3. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <b>Metodologia científica.</b> 2. ed. ver. ampl. São Paulo: Atlas, 1991.</li> <li>4. CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Antonio. <b>Pesquisa em ciências humanas e sociais.</b> 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.</li> <li>5. VERGARA, Sylvia Constant. <b>Métodos de pesquisa em administração.</b> São Paulo: Atlas, 1997.</li> </ol>

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b>	Carga Horária Total: <b>30h</b>
<b>PLANO DIRETOR E GESTÃO URBANA</b>	40% EAD - 12h 60% PRESENCIAL- 18h
<b>Objetivo:</b>	
Perceber o plano diretor como instrumento indutor do desenvolvimento das cidades e sua relação com a função social da propriedade.	
<b>Ementa:</b>	
Introdução ao Planejamento: para que planejar as cidades? Histórico do planejamento no Brasil: expressão territorial da desigualdade. O quadro urbano atual. O novo marco legal e instrumentos para planejar os municípios com participação popular: Constituição Federal, O Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho das Cidades. Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal. Planejamento participativo: construir cidades melhores e mais justas. Plano Diretor: A obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios; O que é um Plano Diretor; Conteúdo e Processo de elaboração do Plano Diretor Participativo; Responsabilidade do Poder Público e da Sociedade Civil. Implementação do Plano Diretor; Divulgação, Aplicabilidade, a reorganização interna da prefeitura. Gestão integrada e participativa do plano: monitoramento e Revisão do Plano Diretor.	
<b>Referências Básicas:</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. PINHEIRO, Otilie Macedo. <b>Plano diretor e gestão urbana.</b> – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.</li> <li>2. KRUGER, Juliano Milton. <b>O Plano Diretor como instrumento de gestão municipal: uma análise da implementação dos PDMs nos municípios amazonenses.</b> Dissertação (Mestrado em Gestão) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal, 2017.</li> <li>3. ROLNIK, Raquel. <b>O que é a cidade.</b> São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.</li> </ol>	
<b>Referências Complementares:</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. PINHEIRO, Otilie Macedo (Coord.). <b>Acesso a terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena.</b> Florianópolis: UFSC; Brasília: Ministério das Cidades, 2008.</li> </ol>	

2. BASSUL, José Roberto. **Estatuto da Cidade: quem ganhou? Quem perdeu?**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.
3. FERNANDES, Edésio; VALENÇA, Márcio Morais (Org.). **Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
4. MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2008.
5. SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2008.

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b>	Carga Horária Total: <b>30h</b>
<b>GESTÃO TRIBUTÁRIA</b>	40% EAD - 12h 60% PRESENCIAL- 18h

**Objetivo:**  
Prover bases de gestão tributária e orçamento público municipal.

**Ementa:**  
Tributo: conceito e espécies. O sistema tributário e os princípios constitucionais. Lei Complementar e normas de Direito Tributário. Vigência, aplicação e interpretação. Obrigação tributária. A regra matriz de incidência tributária. Lançamento tributário. Responsabilidade Tributária. Imunidade. Isenção, anistia e remissão. Infrações, sanções e crimes tributários. Tributos em espécie: IPTU, ISS, ITBI, TFE, TFA, TRSD, TRSS, FISLURB, taxas de polícia diversas, contribuição de melhoria, contribuição para custeio de iluminação pública. Processo administrativo e judicial tributário. O sistema de gestão tributária do município. Sistema de tecnologia de informação e comunicação (TIC). Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Imposto Predial e Territorial urbano (IPTU). Cadastramento de contribuintes. Atualização cadastral. Planejamento da ação fiscal. Emissão de autos de infração e a gestão de recursos administrativos. Acompanhamento e controle da receita própria municipal.

**Referências Básicas:**

1. ABRANTES, Luiz Antônio; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. **Gestão tributária**. – 3. ed. rev. ampl. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.
2. HARADA, Kiyoshi. **Direito tributário municipal: sistema tributário municipal**. São Paulo: Atlas, 2005.
3. JUND, Sérgio. **Administração, Orçamento e Contabilidade Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

**Referências Complementares:**

1. KOHAMA, Hélio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
2. MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
3. MEIRELLES, Ely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1993.
4. PAULSEN, Leandro. **Impostos: Federais, Estaduais e Municipais**. São Paulo: Livraria do Advogado, 2004.
5. HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. São Paulo: Atlas, 2007.

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b>	Carga Horária Total: <b>30h</b>
<b>GESTÃO DE REDES PÚBLICAS DE COOPERAÇÃO LOCAL</b>	40% EAD - 12h 60% PRESENCIAL- 18h

<b>Objetivo:</b>
Discutir a dinâmica de construção das <i>networks</i> públicas e as possibilidades de cooperação local para o atingimento de resultados públicos.
<b>Ementa:</b>
Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, o respeito cultural e à equidade social. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Caso de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. PPPs. Consórcios.
<b>Referências Básicas:</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. MALMEGRIN, Maria Leonídia. <b>Redes públicas de cooperação local</b>. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.</li> <li>2. FAURÉ, Yves-A; HASENCHEVER, Lia. Caleidoscópio do desenvolvimento local no Brasil: diversidade das abordagens e das experiências. Rio de Janeiro: e-Papers, 2007.</li> <li>3. GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. Governar em rede: o novo formato do setor público. Brasília (DF): Editora UNESP, 2006.</li> </ol>
<b>Referências Complementares:</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. AMATO NETO, João. <b>Redes de Cooperação Produtiva e Cluster Regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas</b>. Fundação Paulo Vanzolini. São Paulo: Atlas, 2000.</li> <li>2. NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.). <b>Networks and organizations: structure, form, and action</b>. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992.</li> <li>3. CASTELLS, M. <b>A sociedade em rede</b>. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.</li> <li>4. CAVALCANTE, Luiz Ricardo; FAGUNDES, Maria Emília. Redes de Cooperação e Desenvolvimento Local: um modelo conceitual de subsídio à formulação de políticas públicas. <b>Desenbahia</b>, Salvador, v. 4, n. 6, p. 45-61, mar. 2007.</li> <li>5. REDESIST. <b>Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais</b>. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2000.</li> </ol>

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b>	Carga Horária Total: <b>30h</b>
<b>GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA</b>	40% EAD - 12h 60% PRESENCIAL- 18h

<b>Objetivo:</b>
Dialogar sobre o necessário processo democrático e participativo nas decisões da Administração Pública.
<b>Ementa:</b>
Fundamentos filosóficos, políticos e legais da gestão democrática do município. Processos e mecanismos da gestão democrática e participativa: plebiscito, referendo, leis de iniciativa popular, Conselhos Municipais. Relações da administração pública com os Conselhos Municipais. Metodologias de intervenção/participação dos Conselhos Municipais, instituições e movimentos sociais no planejamento municipal, com destaque para o orçamento. Discutir o significado da política de controle social, em articulação direta com as instâncias de participação popular: Conselhos Municipais com Conselhos Populares. Compreender o papel dos instrumentos de controle ditos oficiais: Tribunal de Contas e

Ministério Público, detalhando suas funções e definindo estratégias de atuação da gestão transparente das políticas públicas de Estado, para, conseqüentemente, estabelecer uma melhoria da prática e do exercício do controle social.

**Referências Básicas:**

1. SALLES, Helena da Motta. **Gestão democrática e participativa**. – 3. ed. rev. ampl. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES: UAB, 2014.
2. DAGNINO, Evangelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
3. SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Porto Alegre: Afrontamento, 2003.

**Referências Complementares:**

1. AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
2. AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antonio Augusto. Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 122-152, 1991.
3. CAPUTO, Dante (Coord.). **A Democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos**. PNDU – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Trad. Mônica Hirst. Santana do Parnaíba: LM&X, 2004.
4. DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
5. MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b>	Carga Horária Total: <b>30h</b>
<b>GESTÃO LOGÍSTICA</b>	40% EAD - 12h 60% PRESENCIAL- 18h
<b>Objetivo:</b>	
Compreender a gestão logística na aquisição e gestão de estoques e serviços na Administração Pública.	
<b>Ementa:</b>	
Introdução à Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.	
<b>Referências Básicas:</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. ROSA, Rodrigo de Alvarenga. <b>Gestão logística</b>. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.</li> <li>2. BALLOU, Ronald H. <b>Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos</b>. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2006.</li> <li>3. VIANA, João J. <b>Administração de Materiais: um enfoque prático</b>. São Paulo: Atlas, 2008.</li> </ol>	
<b>Referências Complementares:</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. FRANCISCHINI, Paulino G.; GURGEL, Floriano Amaral. <b>Administração de Materiais e do Patrimônio</b>. São Paulo: Thomson/Pioneira, 2004.</li> <li>2. KEEDI, Samir. <b>Transportes, Unitização e Seguros Internacionais de Carga</b>. São Paulo: Aduaneiras, 2006.</li> <li>3. NOVAES, Antonio G. <b>Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição</b>. São Paulo: Campus, 2007.</li> </ol>	

São Paulo: Campus, 2007.

4. RODRIGUES, Paulo R. Ambrosio. **Introdução aos Sistemas de Transporte no Brasil e a Logística Internacional**. 4. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2007.
5. FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b>	Carga Horária Total: <b>30h</b>
<b>ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS</b>	40% EAD - 12h 60% PRESENCIAL- 18h
<b>Objetivo:</b>	
Compreender como e em quais contextos a elaboração e estruturação de projetos contribuem para a gestão municipal e para o desenvolvimento local.	
<b>Ementa:</b>	
Construir os conceitos e indicar algumas ferramentas existentes para elaboração de projetos. Discutir qual a utilidade e em qual contexto o projeto deve ser estruturado. Apontar as etapas de um projeto. Conhecer a lógica interna e discutir as consistências pertinentes ao projeto. O papel do gestor municipal, a gestão, o monitoramento, a avaliação, a conclusão de um projeto e os encaminhamentos a serem realizados em seu término.	
<b>Referências Básicas:</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. LOBO, Eduardo. <b>Elaboração e avaliação de projetos</b>. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.</li> <li>2. ARMANI, Domingos. <b>Como Elaborar Projetos?. Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais</b>. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.</li> <li>3. COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. <b>Avaliação de Projetos Sociais</b>. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.</li> </ol>	
<b>Referências Complementares:</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. TENÓRIO, F. G. <b>Avaliação de Projetos Comunitários: Uma Abordagem Prática</b>. Rio de Janeiro – São Paulo: CEDAC – Editora Loyola, 1995.</li> <li>2. ALDABÓ, R. <b>Gerenciamento de projetos: procedimentos básicos e etapas essenciais</b>. 1. ed. São Paulo: Artliber, 2001.</li> <li>3. BROSE, Markus. <b>Introdução à moderação e ao método ZOPP</b>. Recife: GTZ, 1993.</li> <li>4. PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). <b>A guide to the project management body of knowledge</b>. Syba: PMI publishing division, 2004. Disponível em: &lt;<a href="http://www.pmi.org">http://www.pmi.org</a>&gt; Acesso em: 7 de junho de 2020.</li> <li>5. SABBAG, Paulo Yazigi. <b>Gerenciamento de projetos e empreendedorismo</b>. São Paulo: Saraiva, 2009.</li> </ol>	

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b>	Carga Horária Total: <b>30h</b>
<b>PROCESSOS ADMINISTRATIVOS</b>	40% EAD - 12h 60% PRESENCIAL- 18h
<b>Objetivo:</b>	
Abordar a identificação, importância, conceitos, ferramentas e metodologias envolvidas nos processos administrativos das organizações.	
<b>Ementa:</b>	
Abordagens conceituais sobre processos; organizações e suas múltiplas configurações; tipos de organização e suas respectivas orientações para processos; critérios de	

interdependência (visões: tradicional, contemporânea e inovadora); organizações públicas e suas configurações. Identificação de processos; ferramentas para identificação e mapeamento de processos; padrões para fluxogramação; metodologia para mapeamento de processos; a importância do fator documentação e a necessidade de capacitação e qualificação de pessoas.

#### **Referências Básicas:**

1. MENDONÇA, Ricardo Rodrigues Silveira de. **Processos administrativos**. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.
2. ROBBINS, S. P. **O Processo Administrativo: integrando teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1981.
3. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

#### **Referências Complementares:**

1. MINTZBERG, H. **Criando Organizações Eficazes: estruturas de cinco configurações**. São Paulo: Atlas, 1995.
2. ROBBINS, Stephen P. **O processo administrativo: integrando teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1981.
3. SIMCSIK, Tibor. **OMIS: organização, métodos, informação e sistema**. São Paulo: Makron Books, 1992.
4. JOHANSSON, H. J. *et al.* **Processos de negócios**. São Paulo: Pioneira, 1995.
5. MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008.

## **7.7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é componente curricular obrigatório para a obtenção do título de Especialista. Corresponde a uma produção acadêmica e tem a finalidade de expressar os conhecimentos adquiridos, assim como, as competências e habilidades desenvolvidas pelo acadêmico durante a formação.

Os estudantes deverão elaborar o TCC com tema dentro de uma das Linhas de Pesquisa do curso, devendo ser apresentado na forma de Artigo Científico de acordo com as normas de submissão da Revista Norte Científico.

Os acadêmicos poderão iniciar a produção do TCC no componente de Metodologia Científica, dando continuidade ao projeto sob a orientação de um professor responsável pela condução da pesquisa até a entrega da versão final, no componente de Trabalho de Conclusão de Curso.

O TCC poderá ser elaborado individualmente ou em dupla e poderá ser um estudo prático, teórico ou empírico, cujo resultado deverá ser apresentado em forma de um produto final, pertinente aos critérios de uma aplicação de aula inovadora, focada nos conteúdos e práticas apresentadas durante o curso. O planejamento desta aula

inovadora deverá ser formatado nos moldes de uma aula do Portal do Professor do MEC e posteriormente publicado no referido portal.

O TCC deverá ser apresentado na forma de Artigo Científico de acordo com as normas de submissão da Revista Norte Científico, devendo se atentar aos seguintes itens.

- A contribuição deve ser original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
- O arquivo da submissão deverá estar em formato Microsoft Word (OpenOffice) ou Writer (BrOffice).
- As condições de submissão, formatação e estrutura do texto deverão seguir as recomendações definidas na página de submissão da revista Norte Científico indicada pela coordenação do curso.
- O texto deve seguir os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.

#### **7.7.1 ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO**

A orientação do TCC deverá ser realizada preferencialmente por docentes que componham o quadro docente do curso e que possuam a titulação de Mestre ou Doutor. Em caso de necessidade, poderão orientar, docentes com titulação de especialista, conforme a resolução CNE n. 01/2007. Haverá para cada cursista um orientador e caso seja necessário um co-orientador.

Ao **orientador** compete:

- Definir junto com o orientando o tema.
- Preencher e dar anuência aos documentos: carta de aceite de orientação, solicitação de substituição de orientador, convite a membros da banca, ata de apresentação e avaliação do TCC.
- Orientar e acompanhar o orientando no preparo e orientação do TCC.
- Integrar e presidir a banca de defesa do TCC.
- Exercer as demais funções inerentes às atividades de orientação.
- Verificar a autenticidade ou ausência de plágio do TCC.
- Definir junto com o orientando o tema.

- Preencher e enviar para a anuência do orientador a carta de aceite de orientação.
- Elaborar e aplicar a pesquisa inerente ao TCC em concordância com as orientações estabelecidas.
- Exercer as demais funções inerentes às atividades de elaboração.
- Elaborar e apresentar o TCC, com características de uma pesquisa de conteúdo original adequada ao Curso de Pós-graduação a que pertence.
- Citar o IFRR e o seu respectivo orientador como coautor em toda produção acadêmica relativa à sua pesquisa de TCC.
- Apresentar o TCC à banca avaliadora dentro do prazo estabelecido para a conclusão do curso.
- Anexar uma declaração de originalidade da produção científica no ato da entrega do TCC.

O TCC deverá ser avaliado por uma banca examinadora, composta por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo 1 (um) orientador como presidente e 2 (dois) membros, podendo um deles ser externos, deliberando:

- **Aprovado:** Quando o trabalho for considerado satisfatório, atingindo a qualidade necessária para a obtenção do título de especialista.
- **Aprovado com restrições:** Quando o trabalho for considerado parcialmente satisfatório, necessitando de complementos e/ou ajustes essenciais para ser considerado de qualidade para a obtenção do título de especialista.
- **Reprovado:** Quando o trabalho for considerado insatisfatório, ou seja, cujo a qualidade não permita a obtenção do título de especialista.

Cada membro da banca atribuirá uma nota de 0 a 10 (zero a dez), sendo que a nota do TCC será a média aritmética da soma das três notas avaliadas pelos membros da banca. O estudante que obtiver no mínimo 7 (sete) pontos de nota do TCC será considerado aprovado, caso contrário será reprovado.

O candidato Reprovado no TCC terá uma nova oportunidade de apresentação e deverá ser reorientado com o fim de realizar as necessárias adequações/correções e submeter novamente o trabalho à banca de avaliação, em data a ser fixada pela coordenação do curso em comum acordo com o orientador, desde que respeite o prazo máximo de conclusão do curso.

## **7.7.2 PRAZOS DE INTEGRALIZAÇÃO**

Para a integralização do TCC, após a apresentação, o acadêmico deverá cumprir os seguintes prazos:

- **Aprovado:** o acadêmico terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para entregar a versão final do TCC.
- **Aprovado com restrição:** o acadêmico terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias para atender as recomendações da banca de avaliação e entregar a versão final do TCC ao orientador para a anuência do mesmo, que poderá deliberar como aprovado ou reprovado, caso as modificações deliberadas pela banca não tenham sido realizadas pelo acadêmico.

Caso o acadêmico não consiga concluir e/ou apresentar o TCC no prazo previsto, ele poderá, mediante a justificativa por escrito, em concordância com o orientador, solicitar a prorrogação de até 6 (seis) meses, cabendo à coordenação de curso o deferimento da solicitação. Caso seja deferida a solicitação, o acadêmico deverá efetuar a renovação de matrícula.

## **8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

O curso adotará a metodologia centrada na Resolução de Problemas levando em consideração os pressupostos da Andragogia, os quais consideram os seguintes princípios:

a) O ensino como uma ação humana possibilitando o estabelecimento de relações de liberdade dos alunos no sentido de discutir suas próprias posições, estar aberto à crítica e mudança.

b) A experiência como tomada de consciência de que no nosso cotidiano, permite a competência técnica, a segurança nos conhecimentos os quais desenvolvemos permitindo o processo “generoso” da troca, onde o aluno e o professor se vejam na condição de aprendiz.

c) O espaço pedagógico reconhecido efetivamente como um espaço formador de cidadania e democracia.

d) O aluno seja percebido como protagonista da sua história onde a ação pedagógica leve em consideração os aspectos sócio-histórico, econômico, biológico e cultural.

e) O processo de ensino visto como construção para a autonomia, esta entendida como a capacidade de tomada de decisão individual tendo como referência os postulados construídos no seu processo de aprendizado enquanto uma ação pertinente ao homem, este, entendido como ser consciente do seu processo de construção.

f) A escuta como processo que permite o respeito à leitura de mundo do educando e incentivo a curiosidade, sobretudo no sentido de “fazê-lo assumir o papel de sujeito da produção de sua inteligência e não apenas reprodutor de conhecimento.

Diante desses pressupostos, as ações metodológicas terão um caráter investigativo no qual o processo ensino-aprendizagem, dar-se-á numa ação dialógica, possibilitando ao professor o papel de mediador do processo de construção do conhecimento numa perspectiva sistêmica e interativa.

O trabalho pedagógico tem como foco a problematização, centrado na pedagogia de projetos possibilitando a articulação do currículo e projetos pedagógicos. Dessa forma, estabelece as seguintes práticas pedagógicas, garantindo:

- Contextualização com a proposta curricular do eixo temático;
- Interrelação entre conteúdos, garantindo a expressão de vivências construídas durante o desenvolvimento do processo pedagógico;
- Ampliação dos conhecimentos teórico-práticos que serão demonstrados mediante uma ação concreta;
- Formação continuada das ações desenvolvidas a cada eixo temático, de maneira a favorecer a conexão entre os eixos temáticos, garantindo a construção do perfil profissional proposto no curso;
- A possibilidade de autonomia e empreendedorismo na organização de ações e projetos inovadores que a cada eixo temático se intensificam e ampliam sua complexidade.

Todo aluno matriculado no curso, no decorrer das aulas dos componentes curriculares, deverá escolher um tema dentro de uma das Linhas de Pesquisa, para desenvolver seu trabalho de pesquisa. A orientação específica para a escrita do Artigo Científico será realizada no componente curricular denominado TCC II (orientação) e arremates parciais preparando o aluno para a defesa final presencial. Este apresentará o

TCC (artigo científico), individualmente ou em dupla, para uma Banca Examinadora, conforme cronograma estabelecido pela Coordenação do Curso.

O aluno deverá eleger um orientador selecionado por meio de Edital ou que seja docente do curso e que tenha os atributos necessários para orientação. A apresentação do Artigo Científico, elaborado durante o curso, sob orientação do professor cadastrado no curso, é condição para a culminância do curso e certificação, conforme Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017.

## **8.1 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO**

A importância do acompanhamento e da verificação da atuação dos egressos do curso pode ser discutida considerando a responsabilidade social do IFRR, e a melhoria dos processos da Instituição e a perspectiva da educação permanente e da educação continuada.

A partir destes aspectos, o IFRR Campus Boa Vista fortalece o vínculo com os seus egressos por meio de ações de extensão que permitam aos gestores, professores e pessoal administrativo dar continuidade à aproximação com os egressos, promovendo atendimento personalizado, procurando fortalecer seus sentimentos de pertença institucional e, através deles, ampliar as possibilidades para que outros percebam a Instituição não apenas como uma parceira para o seu sucesso acadêmico, profissional e pessoal como também como um espaço social para produzir conhecimento. Por todos esses aspectos e levando em conta que o IFRR Campus Boa Vista promove atividades intensivas em conhecimento, visando desenvolver e aprimorar o acompanhamento e a verificação da atuação profissional e social dos egressos torna-se uma prioridade atenção neste público.

Considerando que é uma política esta ação propõe diretrizes orientadoras em um nível estratégico, as políticas de acompanhamento dos egressos é constituída por diretrizes de caráter estruturante que visam o planejamento e a operacionalização de ações que atendam aos interesses da Instituição e dos egressos.

É necessário considerar ainda que as ações, projetos e programas que dizem respeito a esta política abrangem instituições, empresas, organizações públicas, organizações não governamentais, conselhos e entidades profissionais e entidades de classe, com as quais os egressos se relacionam. O relacionamento do IFRR – Campus Boa Vista com as entidades atuantes no mercado de trabalho e no contexto social propicia importantes dados e informações, bem como a possibilidade de participação

destes atores sociais nos processos de melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

## 8.2 ATENDIMENTO AO DISCENTE

Durante o curso o estudante poderá contar com uma equipe de profissionais capacitados para atendê-lo.

No IFRR – *Campus* Boa Vista:

1) **Coordenação do Curso:** responsáveis pela coordenação do curso, acompanham e avaliam todo o processo de execução, conforme legislação acadêmica em vigor.

2) **Coordenação de Tutoria:** responsável pela coordenação de todas as atividades de tutoria.

3) **Tutores a Distância:** atuam como elo entre os estudantes e a instituição. Cumprem papel de facilitadores da aprendizagem esclarecendo dúvidas, reforçando os conteúdos, coletando informações sobre os estudantes para a equipe e atuando principalmente na motivação dos estudantes.

4) **Professores-formadores:** responsáveis pelas disciplinas de cada módulo do curso, estarão à disposição para esclarecimento de dúvidas dos estudantes e/ou tutores a partir de cronograma a ser estabelecido com cada docente. O professor do curso tem as seguintes responsabilidades: (a) organizar o plano de ensino, conforme modelo definido para o curso; (b) realizar as aulas por videoconferência; (c) acompanhar, com os tutores a distância, o processo de aprendizagem dos estudantes; (d) agendar horários para o atendimento aos estudantes, seja no fórum de discussão ou no bate-papo; (e) realizar as avaliações e a correção em conjunto com os tutores a distância; (f) participar das reuniões pedagógicas de planejamento e de avaliação do curso; e (g) planejar e desenvolver a disciplina.

Nos polos:

1) **Coordenador de Polo:** esta função é de responsabilidade das instituições parceiras que podem ser do estado ou da prefeitura. A coordenação de polo é responsável pela organização do uso juntamente com as demais instituições ofertantes de curso naquele polo de apoio.

2) **Tutor Presencial:** responsáveis por auxiliar o coordenador do polo, assumem o papel de dar assistência ao estudante no que se refere a assuntos administrativos.

3) **Técnicos de Informática:** responsáveis por auxiliar os estudantes no suporte informático junto ao polo.

A equipe de apoio está organizada para auxiliar o estudante tanto em questões administrativas (comprovantes, documentos, matrículas, etc.) como em atividades pedagógicas (materiais, tópicos, atividades, exercícios, etc.).

### 8.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Sede e os Polos que oferecem Cursos na modalidade EaD deverão ser acessíveis aos estudantes com Necessidades Educacionais Específicas ou com mobilidade reduzida, por meio de mecanismos de ensino coerente com o tipo de necessidade, atendendo a NBR ABNT 9050/2004 e a Lei no 10.098/2000.

O acesso mencionado é extensivo a toda a edificação do ambiente onde serão desenvolvidas as atividades presenciais.

### 8.4 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Este projeto pedagógico de curso deve ser o norteador do currículo no Curso de Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal, na modalidade a distância. Caracteriza-se, portanto, como expressão coletiva, devendo ser avaliado periódica e sistematicamente pela comunidade escolar, apoiados por uma comissão avaliadora com competência para a referida prática pedagógica. Qualquer alteração deve ser vista sempre que se verificar, mediante avaliações sistemáticas anuais, defasagem entre perfil de conclusão do curso, objetivos e organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais. Entretanto, as possíveis alterações poderão ser efetivadas mediante solicitação aos conselhos competentes.

Os princípios pedagógicos, filosóficos e legais que subsidiam a organização, definidos neste projeto pedagógico de curso, nos quais a relação teoria-prática é o princípio fundamental associado à estrutura curricular do curso, conduzem a um fazer pedagógico, em que atividades como práticas interdisciplinares, seminários, oficinas,

visitas técnicas e desenvolvimento de projetos, entre outros, estão presentes durante os períodos letivos.

O trabalho coletivo entre os grupos de professores da mesma base de conhecimento e entre os professores de base científica, base específica e base didático-pedagógica é imprescindível à construção de práticas integradas, resultando na construção e apreensão dos conhecimentos pelos estudantes numa perspectiva do pensamento relacional. Para tanto, os professores deverão desenvolver aulas de campo, atividades laboratoriais, projetos integradores e práticas coletivas juntamente com os estudantes. Para essas atividades, os professores têm, à disposição, horários para encontros ou reuniões de grupo, destinados a um planejamento antecipado e acompanhamento sistemático.

Considera-se a aprendizagem como processo de construção de conhecimento, em que partindo dos conhecimentos prévios dos alunos, os professores assumem um fundamental papel de mediação, idealizando estratégias de ensino de maneira que a partir da articulação entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento escolar, o aluno possa desenvolver suas percepções e convicções acerca dos processos sociais e de trabalho, construindo-se como pessoas e profissionais com responsabilidade ética, técnica e política em todos os contextos de atuação.

Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal, na modalidade à distância IFRR – Campus Boa Vista – RR neste sentido, a avaliação da aprendizagem assume dimensões mais amplas, ultrapassando a perspectiva da mera aplicação de provas e testes para assumir uma prática diagnóstica e processual com ênfase nos aspectos qualitativos. As diretrizes do Curso devem oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional quanto a dimensão política, buscando-se:

- a) Formação ético-humanística que a formação do cidadão requer;
- b) Formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

- A estrutura curricular do Curso é concebida, inspirado num jogo de correlação de forças que determina critérios de validade e legitimidade pelos quais são produzidas representações, sentidos e instituídas realidades; é um lugar de circulação das narrativas, mas, sobretudo, é um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da socialização dirigida, controlada. Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 1996). Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre

os sujeitos da relação pedagógica, num contexto sócio-econômico-cultural específico, o currículo deste Programa é construído na perspectiva de uma formação científica de qualidade e uma formação humanista que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante. Portanto, abrange também conteúdos técnicos para permitir a compreensão e a solução de problemas organizacionais complexos.

- **Material impresso:** Num curso com características formativas e comprometido com o processo de ensino-aprendizagem, o meio impresso assume a função de base do sistema de multimeios. Não porque seja o mais importante, mas porque ele é um elemento de comunicação fisicamente palpável e permanente, no sentido de pertencer a você, mantendo-se à sua total disposição onde, quando e quanto você desejar.

- **Videoaula:** O vídeo tem como característica proporcionar o controle do aprendizado pelos estudantes, de forma que seja possível desenvolver melhor as atividades. De acordo com Willis (1994), as vantagens do vídeo são: (a) proporcionar acesso visual ao mundo fora da sala de aula; (b) fornecer conceitos complexos e abstratos de forma simplificada por meio da visualização do conteúdo; (c) provocar emoções são a sua utilização em segmentos específicos e a sua facilidade de ser relacionado com distintos materiais instrucionais.

- **Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA):** O AVA é mais um recurso que colocamos à disposição do aluno. Um ambiente virtual de aprendizagem, ou *Learning Management System* (LMS), é um sistema para gerenciar cursos a distância que utilizam a internet. Atualmente, existem vários sistemas; e neste curso utilizaremos o *Moodle*. Ele começou a ser idealizado no início da década de 1990, na Curtin University of Technology, na Austrália. O Moodle não é usado apenas por universidades, mas também por escolas, organizações públicas, organizações privadas e professores independentes. São inúmeros os recursos que o Moodle coloca à disposição de seus usuários. O AVA é um espaço de estudo no qual o aluno possui acesso aos conteúdos curriculares, às videoaulas, aos fóruns, aos chats, à biblioteca virtual, às avaliações, entre outros recursos. Pesquisas realizadas com estudantes da modalidade a distância apontaram o AVA como um dos principais motivadores no desenvolvimento dos estudos. Interativo, criativo e inteligente, o AVA está disponível em qualquer tempo e lugar.

- **Videoconferência:** A videoconferência é uma ferramenta que proporciona a comunicação direta. É um sistema de comunicação que atua como interface permitindo a interação de várias pessoas em lugares (sites) distintos. A videoconferência serve para que os alunos tirem suas dúvidas diretamente com o professor da disciplina. O professor pode ainda instigar os alunos a discutir alguns temas durante as videoconferências.

#### **8.4.1 MODALIDADE PRESENCIAL**

Na modalidade a distância, encontram-se atividades síncronas e assíncronas. O ambiente virtual de aprendizagem é a autêntica sala de aula para o estudante da EaD, não sendo somente um espaço no qual e pelo qual ele mostra os resultados da formação ministrada, mas também, onde interage com os colegas.

No presencial, as aulas acontecem na instituição ou polo de ensino do município no qual existe oferta do curso, em salas de aula ou laboratórios, sempre com a presença do professor. É a alternativa mais tradicional de ensino em suas modalidades e tem como principal característica precisa frequentar a instituição presencialmente para assistir às aulas ministradas pelo professor na companhia dos outros colegas.

alunos e professores estão ao mesmo tempo no mesmo local; na modalidade de ensino a distância, não existe essa necessidade de estarem ao mesmo tempo e no mesmo local, podendo ter interação por meio da tecnologia de informação, Cabe destacar que as atividades presenciais contribuem muito para a integração, afetividade e engajamento, sendo de grande valor para o processo ensino-aprendizagem.

O ambiente virtual de aprendizagem *online* do curso é a escola. Não se trata apenas de um lugar onde o estudante acessa as suas aulas. Acima de tudo, é nesse espaço que ele encontra motivação para aprofundar seus estudos e também onde há a interação com os colegas. O objetivo do ambiente virtual é proporcionar a dinamização, colaboração, interação e contextualização dos componentes curriculares ao processo de aprendizagem.

O AVA é formado por várias áreas, cada uma delas com uma função específica. Na sala de aula encontramos as aulas propriamente ditas, o glossário, a área de publicação, o fórum, as atividades de produção e informações sobre o componente curricular. Há biblioteca, coordenação (contatos, conversando com o professor, agenda, desempenho dos alunos, sobre o curso) e meu espaço (cadastro, acesso e colegas).

#### 8.4.2 FERRAMENTAS DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

O ambiente virtual de aprendizagem foi concebido para atender as necessidades de todos os envolvidos no processo – alunos, tutores, professores e coordenação – de maneira simples e eficiente.

O ambiente é composto das seguintes ferramentas:

- **Quadro de Avisos:** Neste espaço são publicadas todas as informações importantes, como avisos, recados, etc.
- **Sala de Aula:** É na sala de aula que o aluno irá acessar sua turma e as disciplinas disponíveis, de acordo com o cronograma em andamento do curso.
- **Aulas:** Apresentam o objetivo, o conteúdo do componente curricular em forma de síntese, a atividade de autoavaliação e atividade de produção, e a atividade de reflexão, quando houver.
- **Atividade de Reflexão:** A atividade de reflexão tem como objetivo fazer o aluno refletir sobre o conteúdo. Caso o aluno queira compartilhar a sua reflexão com os demais, pode publicar sua resposta na biblioteca, material do aluno.
- **Atividade de Produção:** A atividade de produção tem como objetivo auxiliar no processo de aprendizagem dos conteúdos propostos em cada componente curricular. São atividades que os alunos devem enviar ao professor.
- **Avaliação:** Exercícios objetivos de múltipla escolha, produção de síntese, entre outros.
- **Cronograma:** O cronograma especifica o dia, prazos de atividades, encontros presenciais e as respectivas aulas.
- **Glossário:** Apresenta o vocabulário básico e os principais conceitos do componente curricular.
- **Fórum:** É a ferramenta de comunicação para troca de experiências entre alunos e professor. Para cada componente curricular, o professor publica temas para discussão.
- **Conversando com o Professor:** Esta ferramenta serve para registrar as perguntas dos alunos sobre o conteúdo, dirigidas ao professor do componente curricular em execução.
- **Sobre o Componente Curricular:** Apresenta o nome, foto, Curriculum Vitae do professor e a ementa do componente curricular.
- **Avaliação do Componente Curricular:** Esta ferramenta permite que o aluno avalie o componente curricular e apresente sugestões. Será realizada ao final de cada componente curricular.

- **Biblioteca do Curso:** São apresentadas as apostilas do curso e outros assuntos que possam estimular o desenvolvimento do aluno, indicações de sites para pesquisa, artigos e periódicos. É também o local em que o aluno pode publicar seu material.
- **Chat:** É um espaço de discussão entre professor e alunos sobre temas pré-estabelecidos, com dias e horários agendados antecipadamente.
- **Coordenação:** Na ferramenta coordenação, o aluno acessará os seguintes itens: contatos, conversando com o tutor, agenda, desempenho sobre o curso, respostas da atividade e conceitos.
- **Contatos:** Apresenta a relação das pessoas da coordenação com seus respectivos números de telefones, e-mails e demais colegas de turma.
- **Conversando com o tutor:** Permite entrar em contato com o tutor do curso, para solucionar dúvidas referentes à parte pedagógica ou técnica.
- **Agenda:** Apresenta o cronograma do curso com as respectivas datas de início e fim dos componentes curriculares, dos chats, momentos presenciais etc.
- **Desempenho:** Através desta ferramenta o aluno acompanha seu próprio desempenho, visualiza as visitas às aulas, realização e tentativas de acerto das atividades de autoavaliação.
- **Sobre o curso:** Apresenta as informações gerais do curso (titulação, carga horária, etc.).
- **Respostas da atividade:** Esta ferramenta possibilita ao aluno verificar suas pendências referentes às atividades de produção.
- **Conceitos:** Apresenta os conceitos finais dos componentes curriculares. Funciona como um histórico do aluno no curso.
- **Meu Espaço:** Na ferramenta “meu espaço”, o aluno acessará os itens: cadastro, acessos, colegas e galeria de fotos.
- **Cadastro:** É nesta ferramenta que o aluno cadastra seus dados pessoais e atualiza sempre que houver alterações.
- **Acessos:** Apresenta os cinco últimos acessos no ambiente virtual.
- **Galeria de fotos:** Permite a visualização de fotos de encontros realizados no decorrer de todo o curso.

Além das ferramentas acima citadas, o aluno conta também com material didático impresso e em CD/DVD com a gravação das aulas. A principal característica da apostila é apresentar o conteúdo de forma densa e sequencial, em linguagem apropriada à EAD e sincronizada com as aulas online. Trata-se de uma estratégia em que o conteúdo da apostila e a aula via Internet se complementam. É a fonte de consulta básica para que o aluno realize o acompanhamento do curso.

## 9 LINHAS DE PESQUISA

As linhas de pesquisa desenvolvidas no curso serão escolhidas de acordo com a área de formação/atuação dos profissionais cursistas, sendo estas:

### 9.1 POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA PÚBLICA

Descrição: Esta linha envolve o planejamento, controle, avaliação e monitoramento da condução de políticas públicas que visam a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, bem como a provisão de serviços públicos à sociedade, com o intuito de conduzir a coisa pública dentro de princípios da ética, da legalidade, dos princípios da probidade e transparência por meio de práticas que auxiliem a solucionar problemas de órgãos públicos, da coletividade e de interesse geral.

### 9.2 TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E OPERAÇÕES NO SETOR PÚBLICO

Descrição: Esta linha envolve o gerenciamento de operações, em diversas esferas de governo e em organizações do terceiro setor, utilizando metodologias e tecnologias para a promoção da qualidade na prestação dos serviços públicos, considerando os fatores antecedentes e as consequências da inovação organizacional e tecnológica nas áreas de educação, segurança, saúde, meio ambiente, trabalho, transporte, dentre outras.

## 10 CORPO DOCENTE

O corpo docente deste curso de Pós-Graduação será formado por professores doutores, mestres e especialistas com experiência profissional na área de educação no estado de Roraima, selecionados por meio de Edital específico.

<b>PROFESSORES</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>REGISTRO – CURRÍCULO LATTES</b>
Robermilton Sant Anna de Oliveira Rodrigues	Graduado em Engenharia da Computação e Mestre em Computação Aplicada	<a href="http://lattes.cnpq.br/0753953748166017">http://lattes.cnpq.br/0753953748166017</a>
Rosângela Gomes do Nascimento Araújo	Mestre em Direito	<a href="http://lattes.cnpq.br/6724913311990722">http://lattes.cnpq.br/6724913311990722</a>

Juliano Milton Kruger	Mestre em Gestão	<a href="http://lattes.cnpq.br/8344931305394600">http://lattes.cnpq.br/8344931305394600</a>
Alessandra Ananda Souza de Oliveira	Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia	<a href="http://lattes.cnpq.br/7738434808589088">http://lattes.cnpq.br/7738434808589088</a>
Margareth Cristina dos Santos Seixas	Mestre em Engenharia da Produção	<a href="http://lattes.cnpq.br/6378799188785358">http://lattes.cnpq.br/6378799188785358</a>
Sandra Maria Leocadio de Menezes	Especialista em Projetos Sociais	<a href="http://lattes.cnpq.br/5206518836501297">http://lattes.cnpq.br/5206518836501297</a>
Maria Neusa de Lima Pereira	Mestre em História Social	<a href="http://lattes.cnpq.br/3057814874896619">http://lattes.cnpq.br/3057814874896619</a>
Ariosmar Mendes Barbosa	Mestre em Economia	<a href="http://lattes.cnpq.br/7099283684615132">http://lattes.cnpq.br/7099283684615132</a>

Fonte: Elaboração Própria

## 11 INFRAESTRUTURA

O IFRR conta com uma sala de aula especificamente reservada para a pós-graduação, além das salas de aula até então existentes na instituição. As demais salas poderão ser utilizadas para atividades pertinentes, sempre que necessário.

A instituição também dispõe de 2 salas de audiovisual equipadas com os aparelhos de multimídia (Retroprojetores, Datashow, DVD, vídeo cassete); um amplo auditório adequado à realização de reuniões ampliadas, com capacidade para 200 pessoas, duas salas de teleconferência para discussões com pequeno número de pessoas, com capacidade para 45 (quarenta e cinco) pessoas (cada sala); uma Biblioteca, tendo no andar superior um espaço destinado ao estudo e a reuniões de grupos, bem como, espaços para estudo individual; Laboratórios de Informática, espaços para desenvolvimento de oficinas direcionadas a diferentes áreas de conhecimento e profissionalização onde as atividades poderão ser realizadas.

O IFRR poderá contar com o apoio de polos de Educação à Distância de instituições parceiras, conforme especificado em Edital. Estes polos estão equipados com sala, biblioteca, laboratórios de multimeios, entre outros.

## 11.1 INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA – GESTÃO ACADÊMICA

O curso contará com os seguintes profissionais: Coordenador do Curso, professores e profissionais de apoio às atividades acadêmicas/administrativas, podendo ser pertencentes ao quadro efetivo do IFRR ou não (em casos específicos, Seleção realizada por meio de edital específico).

<b>RELAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO ENVOLVIDO NO CURSO</b>		
<b>SERVIDOR</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>FUNÇÃO ADMINISTRATIVA</b>
Maria Betania Gomes Grisi	Licenciada em Pedagogia e Doutora em Educação	Pedagoga
Tomás Armando Del Pozo Hernandez	Graduado em Letras e Mestre em Letras	Diretor do Departamento de Educação a Distância
Isabel Sornberger Paulichi	Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Técnico em Tecnologia da Informação - Administração do AVA
Robermilton Sant Anna de Oliveira Rodrigues	Graduado em Engenharia da Computação e Mestre em Computação Aplicada	Analista em Tecnologia da Informação - Administração do AVA
Fabio Rodrigues dos Santos	Graduado em Sistemas da Informação e Mestre em Computação Aplicada	Analista em Tecnologia da Informação - Administração do AVA
Yany Duarte Costa	Mestre em Educação	Assistente Administrativo

Fonte: Elaboração Própria

Além da equipe composta acima, a gestão acadêmica – administrativa será realizada diretamente através da coordenação de curso e equipe multidisciplinar e Tutoria, estando organizadas suas funções da seguinte forma:

*Coordenador de Curso:* execução e acompanhamento acadêmico-administrativo do curso;

*Equipe multidisciplinar:* orientação quanto a elaboração do plano de atividades e montagem da sala de aula, nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõe o curso;

*Tutoria:* acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estudantes nos respectivos Polos de Ensino.

A seleção de profissionais para desempenhar a função de TUTORIA PRESENCIAL e TUTORIA A DISTÂNCIA será regido por edital específico. O candidato precisa ter disponibilidade de 20 horas semanais, inclusive aos sábados e domingos, e possuir conhecimentos em informática que permitam a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e outras ferramentas online, conforme necessidades e condições do Departamento de Educação a Distância/DEAD/IFRR Campus Boa Vista. Os tutores selecionados assinarão um Termo de Compromisso para o cumprimento das atribuições e prazos estabelecidos pela Coordenação do Curso e passarão por avaliações podendo, em caso de comprovação de descumprimento das funções pactuadas no Termo de Compromisso.

Os sistemas que serão utilizados para o desenvolvimento das atividades de tutoria serão: o ambiente virtual de aprendizagem (videoaulas, fórum, chat, biblioteca virtual, questionários, recursos de acompanhamento e controle de desempenho de cada estudante, entre outros) e Sistema Unificado de Administração Pública- SUAP (Registros acadêmicos, relatórios, dentre outros), podendo a utilização de outros recursos tecnológicos para complementação e cumprimento das atividades dispostas no termo de compromisso, tais como e-mail e telefones.

Em relação ao processo ensino-aprendizagem nos polos, são realizadas aulas presenciais ou via videoconferência, teleaulas, tutoria presencial, estudos individuais ou em grupo, avaliações presenciais de conteúdo e institucionais. Para dar suporte a esse processo ensino aprendizagem a infraestrutura dos polos conta com aulas por videoconferência, rede de internet, telefone ou outros meios que venham a ser necessários para que possa ocorrer os encontros presenciais.

As experiências nesta modalidade de ensino - EAD mostram que o processo de ensino e aprendizagem são mais enriquecidos quando podem contar com polos de atendimento presencial este é um indicador importante e principalmente no quesito evasão, quando se dispõe desses ambientes de estudo, onde podem contar com uma infraestrutura de atendimento e local, além de orientação e apoio efetivo dos tutores.

Assim, esses polos estabelecem e mantêm o vínculo dos estudantes com a entidade executora e funcionam, com laboratórios pedagógicos e salas de aula amplas e climatizadas e com equipamentos que são utilizados ao longo do processo ensino-aprendizagem.

## **11.2 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR , em seu Campus Boa Vista, executa o curso de Especialização lato sensu em Gestão Pública Municipal em parceria com Universidade Virtual de Roraima – UNIVIRR esta apresenta infraestrutura arquitetônica que proporciona acesso facilitador aos portadores de necessidades especiais, em conformidade com a Portaria Ministerial 1.679/99. As atividades acadêmicas dessa unidade educacional são desenvolvidas em prédios com ampla área livre. Diversos são os espaços de aprendizagem: salas de aula, laboratórios específicos, ampla circulação, centro de convivência, pátio de alimentação, biblioteca, assim como estacionamento próprio.

Os laboratórios de Informática são devidamente equipados com microcomputadores, ligados em rede e à rede mundial de computadores com a manutenção sistemática e periódica. Os microcomputadores dos laboratórios de uso geral possuem os softwares necessários ao desenvolvimento do curso e o acesso é facultado para realização de trabalhos.

As salas de aula disponibilizadas para a realização do curso são dotadas de quadros de lousa brancos, tela para projeções por meio de retroprojetor e projetor multimídia, computador conectado à rede mundial de computadores (internet). Espaço físico adequado para o funcionamento das aulas do curso de especialização, devido às salas disporem de boa ventilação e iluminação. A estrutura física disponíveis no IFRR – Campus Boa Vista está descrita na tabela abaixo:

<b>IFRR – CAMPUS BOA VISTA</b>		
<b>Designação</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>Metragem</b>
Sala da Direção	01	33,20
Sala da Coordenação do Curso	01	70,00
Sala de Professores	01	75,60
Salas de Aula: climatizada com data show	10	480,00
Salas de Aula: climatizada com data show	02	96,00

Banheiros	12	154,4
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência	01	853,00
Praça de Alimentação	01	100,00
Auditório Principal: Climatizado. Capacidade 200 pessoas sentadas	01	441,12
Auditório 2: Climatizado. Capacidade 50 pessoas sentadas	01	50,00
Auditório 3: Climatizado. Capacidade 200 pessoas sentadas	01	50,00
Sala de Áudio / Salas de Apoio	01	48,65
Sala de Leitura / Estudos	01	395,29
Biblioteca: capacidade para 3.654 usuários.	01	1.381,00
Laboratório de Informática: Capacidade de computadores		

O espaço físico está assim distribuído:

a) **1º Piso:** Acervo geral; salão de consulta; sala para leitura individual; sala de multimídia; coordenação; Hall de exposição.

b) **2º Piso:** Duas salas para teleconferência; coordenação de periódicos; salão de periódicos; processamento técnico; hall de exposição; copa e 06 banheiros masculinos e 06 banheiros femininos, sendo um banheiro de cada bateria, adaptados para os portadores de deficiência física. O acesso ao 2º piso dá-se através de uma rampa.

Quanto aos polos será utilizada as instalações da UNIVIRR, tal logística, é também arquitetada da mesma forma para atender o público da cada localidade e está exclusivamente sob a responsabilidade do Estado no Município para esse fim, logo o mesmo atende na qualidade para execução do curso e encontros presenciais.

<b>ESTRUTURA NOS POLOS</b>	
<b>POLO DE APOIO PRESENCIAL DE BOA VISTA – PRICUMÃ (UNIVIRR)</b>	
<b>SALAS</b>	<b>EQUIPAMENTOS</b>
Coordenação/Secretaria Acadêmica	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 04 computadores com acesso a internet</li> <li>✓ 01 impressora com scanner</li> <li>✓ 03 armários para arquivos</li> <li>✓ Livros de registros</li> </ul>
Biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Com aproximadamente 5.641 livros em diversas áreas de conhecimento</li> </ul>
Laboratório de Física	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 sala</li> </ul>
Sala de tutoria	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 computador com acesso à internet</li> <li>✓ Mesa de reunião</li> </ul>
Sala de Videoconferência	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Centro Multimidia com capacidade para aproximadamente 100 pessoas</li> </ul>

Sala de aula	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 03 salas</li> <li>✓ Capacidade para 50 pessoas cada uma</li> </ul>
Laboratório de informática	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 02 salas</li> <li>✓ 65 computadores conectados à internet</li> </ul>
Banheiro Masculino	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 padrão</li> </ul>
Banheiro Feminino	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 padrão</li> </ul>
Banheiro adaptado	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 para acessibilidade</li> </ul>
Copa	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Mesa</li> <li>✓ Fogão</li> <li>✓ Geladeira</li> </ul>
Área de Convivência	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 local para convivência</li> </ul>
<b>POLO DE APOIO PRESENCIAL DE CARACARAÍ (UNIVIRR)</b>	
<b>SALAS</b>	<b>EQUIPAMENTOS</b>
Chefia de Centro Multimídia (coordenação)	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 mesa,</li> <li>✓ 01 computador,</li> <li>✓ Uma central de ar,</li> <li>✓ 01 caixa de som,</li> <li>✓ 01 televisor,</li> <li>✓ 01 banheiro.</li> </ul>
Biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 3.898 livros,</li> <li>✓ 01 computador,</li> <li>✓ 10 estantes,</li> <li>✓ 06 mesas,</li> <li>✓ 16 cadeiras</li> <li>✓ 01 armário</li> </ul>
Tutoria	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 impressora (EPSON STYLUS OFFICE TX620FWD),</li> <li>✓ 02 armários</li> <li>✓ 2 mesas,</li> <li>✓ 01 cadeira</li> <li>✓ 01 ventilador de parede.</li> </ul>
Banheiro masculino	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 banheiro padrão e 1 banheiro adaptado para acessibilidade</li> </ul>
Banheiro feminino	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 banheiro padrão e 1 banheiro adaptado para acessibilidade</li> </ul>
Sala de videoconferência	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Capacidade para 35 lugares,</li> <li>✓ 01 computador com internet, webcam, microfone com fio,</li> <li>✓ ar condicionado,</li> <li>✓ quadro branco</li> <li>✓ 01 televisor.</li> </ul>
Laboratório de informática	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 sala</li> <li>✓ 30 computadores com suas</li> </ul>

	respectivas mesas e cadeiras e acesso à internet
Laboratório de informática (desativado)	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 sala com modem roteador com acesso à internet</li> <li>✓ 01 armário.</li> </ul>
Laboratório de atividades práticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 sala</li> <li>✓ 12 microscópicos</li> </ul>
Copa	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Geladeira,</li> <li>✓ Fogão,</li> <li>✓ Mesa</li> <li>✓ 2 bebedouros (faltando instalação).</li> </ul>
<b>POLO DE APOIO PRESENCIAL DE MUCAJÁ (UNIVIRR)</b>	
<b>SALAS</b>	<b>EQUIPAMENTOS</b>
Administração e Secretária Acadêmica	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 02 computadores com acesso a internet,</li> <li>✓ 02 impressoras sendo uma com scanner,</li> <li>✓ 03 arquivos,</li> <li>✓ 01 armário,</li> <li>✓ 01 geladeira,</li> <li>✓ 02 mesas</li> <li>✓ 01 sofá de 03 lugares,</li> <li>✓ 02 poltronas,</li> <li>✓ 02 puffes,</li> <li>✓ 01 central Electrolux.</li> </ul>
Coordenação UAB/Tutoria e Apoio Presencial	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 03 computadores com acesso a internet</li> <li>✓ 01 impressora</li> <li>✓ 02 arquivos</li> <li>✓ 01 armário</li> <li>✓ 05 mesas para computadores,</li> <li>✓ 30 carteiras,</li> <li>✓ quadro branco,</li> <li>✓ 01 data show</li> <li>✓ 01 central de ar Hitachi.</li> </ul>
Biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 1.022 Livros,</li> <li>✓ 01 quadro branco,</li> <li>✓ 01 central de ar,</li> <li>✓ 03 mesas redonda para estudo,</li> <li>✓ 02 mesas para computador,</li> <li>✓ 10 estantes para livros,</li> <li>✓ 01 armário,</li> <li>✓ 01 caixa de som – hayonik,</li> <li>✓ 06 cadeira azul de plástico,</li> <li>✓ 08 cadeira azul (tecido) / que serve de apoio</li> </ul>

	presencial.
Sala de Videoconferência	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Capacidade para 40 lugares,</li> <li>✓ 2 computador com acesso a internet,</li> <li>✓ 01 webcam,</li> <li>✓ 01 quadro branco,</li> <li>✓ 01 microfone com fio,</li> <li>01 central de ar marca Hitachi,</li> <li>✓ 02 arquivos,</li> <li>✓ 02 mesas,</li> <li>✓ 01 TV 50 polegadas, apto para apoio presencial.</li> </ul>
Laboratórios de Informática	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 02 Salas</li> <li>✓ 37 computadores com acesso a Internet,</li> <li>✓ 02 centrais de ar,</li> <li>✓ 02 armários,</li> <li>✓ 02 mesas grandes com 10 cadeiras cada, sendo apto para apoio presencial.</li> </ul>
Laboratório de atividades práticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 sala</li> <li>✓ 12 microscópios,</li> <li>✓ 36 cadeiras brancas de plásticos,</li> <li>✓ 06 cadeiras giratórias,</li> <li>✓ 01 central de ar,</li> <li>✓ 01 balcão de madeira,</li> <li>✓ 01 pia inox.</li> </ul>
Banheiro Masculino	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 banheiro</li> <li>✓ padrão com 03 vasos,</li> <li>✓ 01 vaso adaptado para acessibilidade,</li> <li>✓ 02 pias.</li> </ul>
Banheiro Feminino	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 banheiro</li> <li>✓ Com 03 vasos</li> <li>✓ 01 vaso adaptado para acessibilidade,</li> <li>✓ 02 pias.</li> </ul>
<b>POLO DE APOIO PRESENCIAL DE RORAINÓPOLIS (UERR)</b>	
<b>SALAS</b>	<b>EQUIPAMENTOS</b>
Sala de videoconferência	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 sala para 40 pessoas</li> </ul>
Sala de laboratório	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 sala com 31 computadores funcionando</li> </ul>
Sala de coordenação	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 sala</li> </ul>
Sala de secretaria	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 01 sala</li> </ul>
Banheiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 2 masculinos</li> <li>✓ 2 femininos</li> <li>✓ Ambos compartilhados</li> </ul>

	com a UERR e adaptados para cadeirantes
Sala de aula	✓ 01 sala de aula definida pela UAB e as demais da sempre que solicitadas aos sábados conforme parceria UNIVIRR e UERR
<b>POLO DE APOIO PRESENCIAL DE SÃO LUÍS DO ANAUÁ (UNIVIRR)</b>	
<b>SALAS</b>	<b>EQUIPAMENTOS</b>
Laboratório de ciências	✓ 01 sala ✓ Central de ar ✓ Equipado com microscópio
Laboratório de Informática	✓ 17 computadores ✓ 01 central de ar
Vídeo conferencia	✓ 01 Sala ✓ 01TV ✓ 01 computador com acesso a internet com impressora para tutor, coordenador, gestor ✓ 01 armário para arquivo, ✓ Central de ar, ✓ Livro para registros.
Biblioteca	✓ 01 Sala ✓ Diversos livros para pesquisas: matemática, biologia, física, química, pedagogia, contabilidade.
Cadeiras escolares	✓ 46 cadeiras
Sala	✓ 01 sala vazia com quadro branco
Banheiro masculino	✓ 01 banheiro padrão com 01 banheiro adaptado para acessibilidade.
Banheiro feminino padrão	✓ 01 banheiro feminino padrão com 01 banheiro adaptado para acessibilidade.

## REFERÊNCIAS

- ABRÚCIO; COUTO, **A Redefinição do Papel do Estado no Âmbito Local**, 1996;
- ABRÚCIO; **Reforma do Estado no Federalismo Brasileiro: A situação das Administrações Públicas Estaduais**, 2005;
- BRASIL, **Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação**, de 1º de junho de 2007;
- BRASIL, **Projeto Político Pedagógico do Curso de Especialização de Gestão Pública Municipal Modalidade a Distância** – Programa Nacional de Formação em Administração Pública, 2012;
- BRASIL, **Resolução CNE/CEB nº 06**, de 20 de setembro de 2012; BRASIL,
- COSTA, **Educação**, 1996;
- Instrução Normativa nº 2**, de 19 de abril de 2017;
- IFRR, **Resolução nº 080 do CONSUP/IFRR**, de 19 de junho de 2012;
- IFRR, **Resolução nº 275 do CONSUP/IFRR**, de 11 de outubro de 2016;
- IFRR, **Plano de Desenvolvimento Institucional** – PDI 2014-2018;
- IFRR, **Resolução nº 338 do CONSUP/IFRR: Organização Didática**, 2018
- KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, 2006.
- PINHO E SANTANA; **O Governo Municipal no Brasil: Construindo uma nova agenda**, 2001.

# Documento Digitalizado Público

Projeto Pedagógico do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal - EAD com as adequações 15.02.2021

**Assunto:** Projeto Pedagógico do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal - EAD com as adequações  
15.02.2021

**Assinado por:** Tomas Hernandez

**Tipo do Documento:** Plano de Ensino

**Situação:** Finalizado

**Nível de Acesso:** Público

**Tipo do Conferência:** Mídia

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Tomas Armando Del Pozo Hernandez, DIRETOR DE DEPARTAMENTO - CD4 - DEAD (CBV)**, em 17/02/2021 15:40:54.

Este documento foi armazenado no SUAP em 17/02/2021. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse

<https://suap.ifrr.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 18459

**Código de Autenticação:** 92f0062b45

